



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS- LÍNGUA E
LITERATURA PORTUGUESA E LÍNGUA E
LITERATURA ESPANHOLA**

**UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE PESSOAS SURDAS QUANTO À
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR NA ZONA URBANA NO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA-AM**

Benjamin Constant - 2022

ALESSANDRO DOS SANTOS INHAPE

**UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE PESSOAS SURDAS QUANTO À
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR NA ZONA URBANA NO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado no curso de Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, no Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Orientadora:
Profa. Dra Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio

Benjamin Constant - 2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Inhape, Alessandro dos Santos
I55e Um estudo sobre a situação de pessoas surdas quanto à inclusão (ou exclusão) no âmbito escolar na zona urbana no Município de São Paulo de Olivença-AM / Alessandro dos Santos Inhape . 2022
74 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Letras - Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Libras. 2. Língua portuguesa. 3. Inclusão ou exclusão. 4. Surdos. 5. Ensino-aprendizagem. I. Bonifácio, Ligiane Pessoa dos Santos. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a minha família de SPO em especial minha mãe Zilene Alves, meu pai Brasilino Inhape, minha madrinha/Amiga Edilza Ramires e minha amada mestra Maria Francisca Nunes. A minha segunda família que construir aqui em BC e na academia. Ao movimento surdo do país que luta por uma educação de qualidade que atendem e respeitem as suas diferenças, através da valorização da LIBRAS na sua formação pessoal e profissional. Também aos surdos do Amazonas, em especial aos meus amigos surdos do interior de Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a ele toda honra e toda glória, que me permitiu finalizar meu trabalho de conclusão de curso e por todas as maravilhas que sempre proporcionou e proporciona em minha vida.

Em segundo, a minha família, em especial minha mãe Zilene Alves dos Santos e meu pai Brasilino Inhape dos Santos, que apesar das dificuldades financeira e geográfica, não desanimaram e acreditaram no meu potencial, sempre investiram no que era melhor para mim, sem sombras de dúvidas foi o caminho da educação.

À minha madrinha e amiga Edilza Ramires Pinto e seu esposo como o chamamos carinhosamente de Márcio Tango, que ao sair do meu município me deram todo suporte motivacional e financeiro.

Aos meus irmãos, Brasilino Filho, Marizete Santos, Gracilene Santos, Júlio Cesar Santos, Maria Santos, Maurinho Santos, José Sarney Santos, Gilson Santos e em especial minha mãe biológica Gracilei Santos, que apesar da ausência, sempre acreditou no meu potencial e é meu ombro amigo no momento quando mais preciso.

Aos meus tios paterno, Sildo Oliveira e Ilene dos Santos, pelo primeiro abrigo quando cheguei em Benjamin Constant, dando-me todo aquele apoio de início da minha trajetória estudantil.

À minha segunda família que ao longo desse percurso na academia, construir em Benjamin Constant, em especial a minha amiga e irmã "postixa", Sergiane Ramos Soares que quando naquele momento que mais precisei, foi ela que estendeu a mão e me acolheu, cedendo abrigo e me levou para fazer parte da sua vida e de sua história. Obrigado amiga, do fundo do meu coração, obrigado pelas vivências diárias na Universidade e pelos nossos planos, metas e sonhos.

Agradecer também a mãe da minha amiga, minha mãe "postixa" de BC, Roselene Ramos Ramires, por me acolher, abrindo a porta da sua casa, me aceitando na sua residência sem menos me conhecer, dando-me suporte e toda credibilidade, obrigado pelas orações e parceria durante essa minha trajetória.

À minha outra amiga e mãe "postixa" de TBT, Osvaldina Barbosa Nunes, que durante meu percurso do curso Técnico de Tradução e Interpretação em LIBRAS, nas idas e vindas do meu trajeto BC X TBT e vice versa, para eu dar conta das duas instituições UFAM e CETAM, me amparou e me ajudou de todas as formas para eu não desistir.

À minha professora e amiga, Maria Francisca Nunes de Souza, que eu escreveria uma dissertação sobre nossa amizade, pois envolve muitas coisas, como parceria, lutas, sonhos, tristezas, alegrias, que não desistiu de mim, não largou a minha mão, me ajudou de todas as formas em minha formação, não desacreditou da minha pessoa e este trabalho é fruto da sua

motivação e paciência comigo, de um encontro na disciplina de LIBRAS que aconteceu no ano de 2017 e desde de lá, permanecemos juntos nessa luta que é uma luta de todos nós, professores, amigos, sociedade em geral por melhorias educacionais, a profissão que eu escolhi e que não me arrependo.

Aos meus pastores da Igreja Semear na pessoa do pastor Aminadebi e a pastora Zildete que sempre me apresentaram nas suas orações, levando uma palavra amiga de incentivo e motivação.

Aos meus colegas do curso de Letras e de outros cursos, amigos que fiz e que criei laços aqui em BC, Ronilson Panduro, Priscila Gutierrez, Patrícia Garcia, Lucineide Ataíde, Gracilene Reis, Rany Lima, Raymisson Ferreira, Otavio Salvador, Drenison Sales, Edinho Pinheiro, Rodrigo Borges, Absalão Jacaúna, Gilvan Santos, Joseney Peres e outros que fizeram e fazem parte da minha trajetória como ser social e humano.

Aos meus amigos surdos de BC, TBT e SPO, João Victor Bezerra, Mary da Silva, Ana Carolina Ocampo, Atanael dos Santos, Matheus Figueroa, Gabriela Inácio, Adriano Areválo, que por eles e outros surdos, luto por uma educação de qualidade, acessibilidade e para não calarem suas vozes.

Aos meus professores de Letras e de outros cursos, João Bosco Martins, Cristiane Alves, Aldarleny Barros, Lesly Yong, Karina Morales, Juan Emilio, Valdinéia Ferreira, Solano Guerreiro, Márcia Ribeiro, Jorge Freitas, Gilse Elisa, Camilo Torres Sanchez e outros, que durante minha formação foram essenciais para me tornar um pesquisador, a uma pessoa crítica de forma positiva para fazer a diferença no meio onde se vive.

À minha orientadora, prof. Dra. Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio, por aceitar e acreditar incondicionalmente no meu potencial humano, embarcando nessa caminhada desde do pré-projeto de TCC I ao final desse resultado de pesquisa, dos encontros motivacionais, incentivando todos seus pupilos que éramos e somos capazes de alcançar nossos sonhos e metas, com visões de futuros para cada um de nós, a não desistir em hipótese alguma aos desafios que a vida nos proporciona, o caminho é árduo, mas a vitória é gratificante.

À Universidade Federal do Amazonas- UFAM, do Instituto de Natureza e Cultura- INC-BC, pela essa diversidade cultural que se encontra nesse ambiente acadêmico, as diversidades Linguísticas, a cada povo e comunidade que contribui de forma significativa para o Instituto está de pé, a assistência estudantil dando-nos todo suporte financeiro, psicológico, técnicos, estrutural e pelo corpo docente da instituição, a nos ajudar permanecer e não desistir dos nossos cursos, com intuito que nós possamos voltar para sociedade e contribuir.

*À gestora, professores, apoio pedagógico, alunos surdos da escola pesquisada, que colaboraram fornecendo informações fundamentais para a realização deste trabalho. A todos que direta ou indiretamente colaboraram para que esta pesquisa se tornasse possível.
A palavra é— Gratidão/ Muito Obrigado a todos!*

*“A humildade acima da cabeça e o poder
debaixo dos pés”.*

(Cacique Sereia Miranha, 2021)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar como está a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM. Como objetivos específicos, foram delineados os seguintes: Investigar o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos; Averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos; Mapear a população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade e Verificar se o projeto Político pedagógico das escolas atende as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos. O arcabouço teórico desta pesquisa fundamentou-se no campo da Linguística Aplicada, com foco na Educação Bilíngue, especificamente no que diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008, e no que diz respeito ao ensino e aprendizagem da pessoa surda, estabelecida no decreto de N° 5.626/05 e na Lei 10.436/02. Alguns documentos/autores que embasaram o estudo foram Brasil (2002, 2005, 2015), Skliar (1999), Gesser (2009), Salles et al. (2004, Vol I e Vol. II), Quadros (2007), Souza (2015) Dorziat (2011) Strobel (2008) entre outros, que serviu para o norteamento e desenvolvimento desse trabalho. A educação dos surdos está estabelecida no Decreto Federal 5626/2005 e a Lei 10.436/2002 que normativa que a educação formal dos surdos deve acontecer em escolas bilíngues, sala de recurso bilíngue ou em escolas inclusivas ou regulares com a presença dos serviços de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também com os serviços do professor de Língua Portuguesa com fluência em Libras. Metodologicamente, o estudo foi de campo e a análise dos dados seguiu uma abordagem quali-quantitativa. Utilizou-se também como técnicas de pesquisa a observação e a aplicação de questionários a alunos surdos e a professores de Língua Portuguesa que atuam com esses educandos, bem como a análise documental em relação ao PPP da escola delimitada e investigada, mas também, das instituições no que concerne ao mapeamento dessas pessoas no município de São Paulo de Olivença-AM.

Palavras-chave: Libras. Língua Portuguesa. Inclusão ou Exclusão. Surdos. Ensino-Aprendizagem.

RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión del Curso tiene como objetivo general analizar la situación de la educación de los sordos en cuanto a la inclusión o exclusión en las escuelas del área urbana de la ciudad de São Paulo de Olivença/AM. Como objetivos específicos, se perfilaron los siguientes: Investigar el desarrollo de la práctica docente en la educación regular en la sala común con alumnos sordos; Averigüe si hay profesionales como Traductores e Intérpretes de Lengua de Señas/Portugués (TILSP) y también profesores de Lengua Portuguesa con fluidez en LIBRAS en las escuelas que trabajan para facilitar el aprendizaje de los estudiantes sordos; Mapear la población de personas sordas en el área urbana de la ciudad de São Paulo de Olivença en términos de sexo, edad y escolaridad y Verificar si el proyecto pedagógico de las escuelas atiende las diferencias en los aprendizajes, en este caso la enseñanza de LIBRAS para estudiantes sordos. El marco teórico de esta investigación se basó en el campo de la Lingüística Aplicada, centrándose en la Educación Bilingüe, específicamente en lo que se refiere a la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de Educación Inclusiva 2008, y en lo que se refiere a la enseñanza y aprendizaje de la persona sorda., establecido en el Decreto N° 5.626/05 y la Ley 10.436/02. Algunos documentos/autores que apoyaron el estudio fueron Brasil (2002, 2005, 2015), Skliar (1999), Gesser (2009), Salles et al. (2004, Vol. I y Vol. II), Quadros (2007), Souza (2015) Dorziat (2011) Strobel (2008) entre otros, que sirvieron para orientar y desarrollar este trabajo. La educación de los sordos está establecida en el Decreto Federal 5626/2005 y la Ley 10.436/2002 que regula que la educación formal de los sordos debe realizarse en escuelas bilingües, salas de recursos bilingües o en escuelas inclusivas o regulares con presencia de los servicios de Traductores e Intérpretes de Lengua de Señas/Portugués (TILSP) y también con los servicios de un profesor de lengua portuguesa con fluidez en Libras. Metodológicamente, el estudio se realizó en campo y el análisis de datos siguió un enfoque cuali-cuantitativo. También se utilizaron como técnicas de investigación la observación y aplicación de cuestionarios a estudiantes sordos y profesores de lengua portuguesa que trabajan con estos estudiantes, así como el análisis de documentos en relación con el PPP de la escuela delimitada e investigada, pero también de las instituciones con respecto al mapeo de estas personas en la ciudad de São Paulo de Olivença-AM.

Palabras-clave: Libras. Lengua Portuguesa. Inclusión o Exclusión. Sordo. Enseñanza-Aprendizaje.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos Beneficiários Surdos (CRAS-SPO).....	44
Tabela 2 – Relação dos pacientes Surdos (UBS-SPO).....	45
Tabela 3 – Matrículas dos alunos por escola municipal.....	46
Tabela 4 – Matrículas dos alunos por escola estadual.....	47
Tabela 5 – Sexo, Escolaridade e Quantidade dos Surdos do município de SPO.....	48
Tabela 6 – Matrícula dos alunos Surdos e outras NEE da escola investigada	50
Tabela 7 – Perfil dos Professores de LP do turno noturno da escola investigada.....	52
Tabela 8 – Matrícula dos alunos Surdos da escola investigada e suas especificidades.....	57
Tabela 9 – Perfil dos Alunos Surdos	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inclusão x Exclusão da População surda de SPO no âmbito escolar	49
Gráfico 2 – Questão 04 do Questionário dos alunos surdos.....	62
Gráfico 3 – Questão 05 do Questionário dos alunos surdos.....	63
Gráfico 4 – Questão 12 do Questionário dos alunos surdos.....	64

LISTA DE QUADROS

Questionários dos Professores de LP

Quadro 1 – Questões 02 e 03	52
Quadro 2 – Questões 04 e 05.....	53
Quadro 3 – Questões 06 e 08.....	54
Quadro 4 – Questão 07	55
Quadro 5 – Questões 09 e 10.....	56

Questionários dos Alunos Surdos

Quadro 6 – Questões 01 e 03.....	58
Quadro 7 – Questão 06	59
Quadro 8 – Questões 07 e 08.....	60
Quadro 9 – Questões 10 e 11.....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coêlho	40
Figura 2 – Município de São Paulo de Olivença.....	43
Figura 3 – Mapa do Município de São Paulo de Olivença.....	43
Figura 4 – Sinal em LIBRAS para o município de São Paulo de Olivença.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

ACS- Assistente Comunitário de Saúde
AEE- Atendimento Educacional Especializado
AM- Amazonas
ASMAN- Associação dos Surdos de Manaus
BC- Benjamin Constant
BPC- Benefício de Prestação Continuada
CME- Conselho Municipal de Educação
CETI- Centro de Educação de Tempo Integral
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
D.A- Deficiente Auditivo
dB- Decibéis
EJA- Educação de Jovens e Adultos
FENEIS- Federação Nacional de Integração dos Surdos
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos
LP- Língua Portuguesa
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais
ONU- Organização das Nações Unidas
PPP- Projeto Político Pedagógico
PNE-Plano Nacional de Educação
PCN-Parâmetros Nacionais Curriculares
PNE- Pessoa com Necessidade Especial
PCD- Pessoa com Deficiência
PUCSP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SPO- São Paulo de Olivença
SEDUC- Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SEMEC- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
TBT- Tabatinga
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
TILSP- Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português
UBS- Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
1.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	21
1.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	25
1.3 ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS.....	29
1.4 INCLUSÃO X EXCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR.....	32
1.4.1 Inclusão.....	32
1.4.2 Exclusão.....	33
2 METODOLOGIA	35
3 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICES.....	75

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta os resultados de uma investigação que teve como objetivo geral analisar como está a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM. Como objetivos específicos, foram delineados os seguintes: Investigar o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos; Averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos; Mapear a população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade e Verificar se o projeto político pedagógico das escolas atende as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos.

A dificuldade em ensinar surdos foi percebida há muito tempo atrás, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso, não frequentavam escolas, não tinham direitos reconhecidos, eram considerados “anormais” perante a sociedade. Com o passar do tempo, vários líderes dos movimentos da comunidade surda, pais, professores e outros em todo o mundo, e aqui no Brasil não foi diferente, lutaram para que os surdos tivessem acesso a requisitos básicos, como em ter direito à educação, saúde e principalmente em ser reconhecido como cidadãos brasileiros.

A educação dos estudantes surdos está estabelecida na Lei Federal de nº 10.436/02 e na política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que recomenda que a educação especial tem caráter transversal complementar ou suplementar. O mesmo documento está embasado no texto jurídico “o Decreto Federal 5.626/05, que orienta a inclusão dos surdos e enfatiza a educação bilíngue na sala comum com a presença do serviço de Intérprete em LIBRAS, e também com os serviços do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na sala de Recurso bilíngue ou Multifuncional (SOUZA, 2015).

Em se tratando dos educandos surdos concorda-se com o Decreto 5626/2005 que o processo de ensino aprendizagem dos surdos deve acontecer em Língua de Sinais, no caso do Brasil, em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Este idioma deve ser a língua de instrução do processo de ensino aprendizagem, visando ao desenvolvimento nas dimensões linguísticas, cognitivas, cultural e sociais dos indivíduos surdos.

Diante disso, pensou-se nessa pesquisa para verificar se a educação dos surdos no município de São Paulo de Olivença, interior do Estado do Amazonas, localizada na Região

Norte do Brasil, que de fato está ou não acontecendo conforme a legislação, uma vez que os surdos são amparados por leis, principalmente na área educacional. Com isso far-se-á as perguntas norteadoras: Como está a educação dos educandos surdos? Se há inclusão ou exclusão nas escolas do município de São Paulo de Olivença? Qual é o método que professores trabalham com os alunos surdos? Se tem profissionais capacitados na área, como professor de Português com fluência em LIBRAS, Tradutores e Intérpretes de LIBRAS? Como está o mapeamento da população surda do município de São Paulo de Olivença em sexo e escolaridade? Vale ressaltar que o tempo que o mundo está vivenciando é um momento delicado, com uma pandemia que assusta todos os níveis, principalmente na área educacional, novos métodos foram criados, novas adaptações foram feitas. E em relação à Educação das pessoas surdas, quais foram os métodos criados de adaptações para esses educandos? Será que eles foram lembrados, incluso ou excluído dessa nova realidade que o mundo enfrenta? Estas serão algumas das questões norteadoras da pesquisa, as quais buscou responder no decorrer da investigação, onde toda metodologia do projeto utilizou essas questões suscitadas, para chegar nos possíveis resultados satisfatório dessa investigação. Desta forma surgiu-se a hipótese, será que as pessoas surdas do município de São Paulo de Olivença-AM, de fato estão incluídas ou excluídas do âmbito escolar? A escola investigada atende as diferenças dos educandos nas práticas educativas acerca da necessidade dos estudantes surdos?

Esta pesquisa vem enfatizar de como está a situação da educação dos surdos quanto a inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM. A educação dos Surdos no Brasil vem sendo discutida, questionada há muito tempo, com pais, educadores, pesquisadores (surdos e ouvintes) e com a comunidade, de repensar em práticas educativas para esse público e de qual seria o método adequado para ensinar os mesmos. Analisando-se as leis educacional e políticas públicas de educação de Surdos, observamos que elas são bem recentes e que ainda precisa-se repensar as práticas pedagógicas nas escolas e primordialmente fazer valer as leis que foram conquistadas por muita luta.

Fazendo-se uma analogia da trajetória da comunidade surda na história e que de fato ainda acontecesse principalmente no interior do país, relacionadas às crenças, preconceitos e falta de conhecimento em torno da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da realidade surda, é que sempre quem decide o que é melhor para os educandos é a comunidade ouvinte, ignorando a legislação e a participação dos surdos nas tomadas de decisões. Um exemplo desse que se pode citar, foi o congresso internacional de Milão que ocorreu no ano 1880, onde a Língua de Sinais foi proibida de se usar na comunicação e interação nas escolas de todo o mundo, apostando-se no Oralismo, um método que acreditava em fazer o surdo ouvir e falar,

voltada na visão clínica-terapêutica, desconsiderando o Ser surdo e proibindo a língua de sinais, ocorrendo um retrocesso total na educação dos surdos, que muitos pesquisadores já vinham se dedicando a compreender o mundo do sujeito surdo.

No Brasil, alguns educadores continuaram a usar a língua de sinais, mas escondidos, outros no caso os ouvintes, acreditaram que o Oralismo de fato era o melhor método de se ensinar os educandos Surdos, em querer que o surdo a qualquer custo falasse. Vários grupos de igrejas começaram a crescer de forma voluntária e muitos surdos refugiaram-se para esses locais religiosos, se sentindo incluídos, pois aceitavam como um ser que tem como a Língua de Sinais o canal de comunicação. Os movimentos da educação especial e inclusiva, juntamente com a comunidade surda, persistiram na luta para terem acesso à educação, de métodos apropriados para esse público e de fato repensar nas práticas não somente educativas, mas de uma forma geral, principalmente em ser reconhecido com cidadãos brasileiros, com direitos assegurados na constituição. A lei da acessibilidade e inclusão foi criada, uma das primeiras leis para o sujeito como o Ser surdo foi implantada e aprovada pelo então presidente da época Fernando Henrique Cardoso, a lei que ampara a comunidade surda e reconhece a língua de sinais, no caso do Brasil a Libras como língua de instrução, canal de comunicação das pessoas surdas, suas identidades e manifestações culturais, é a Lei de número 10.436/2002 e o decreto 5.626/2005 que vem reforçar no que diz a respeito dos direitos da pessoa surda.

Diante disso, partindo do princípio pessoal, como acadêmico licenciando na área de ensino de línguas e literatura, por ter uma única disciplina na grade curricular INB014 LIBRAS, na qual eu cursei e tive o conhecimento na legislação, o porquê de estarmos estudando essa disciplina, descobrindo que, todo o curso de licenciaturas, sem exceção de nenhum e o curso de fonoaudiologia é obrigatório conhecer e aprender pelo menos o básico e a realidade em torno da comunidade surda. Por minhas leituras e pesquisa científica em relação a esses educandos no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos, as disciplinas de práticas curriculares e estágios de observações e regências no ensino de Língua Portuguesa e Língua Espanhola me deparei com alunos surdos e outras necessidades educativas especiais, indagou-me ainda mais as minhas curiosidades em saber de como está a atual situação da educação com esse público nas escolas do município de São Paulo de Olivença, se de fato os alunos surdos estão sendo atendidos conforme a suas necessidades, com profissionais qualificados, se a escola atende as diferenças, no caso o aluno como sujeito surdo e dentre outros fatores.

Entende-se que o título deste trabalho de Conclusão de Curso tem mérito social, porque a investigação poderá possibilitar reflexões no que concerne ao direito universal que é

a educação para o ser humano, possibilitará também em saber se a pessoa surda de fato está incluso ou excluído no âmbito escolar, se a escola está preparada para receber esses educandos, conforme o que a legislação ampara, como Tradutores e Interpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP), sala de recursos bilíngues no contra turno para esses alunos, com profissionais para essa demanda no caso professores de LIBRAS, no que concerne as aulas em língua de sinais ou propostas pedagógicas que atendem essas diferenças. Dessa forma, espera-se que a pesquisa contribua como mais um instrumento subsidiário para sinalização de limites e possibilidades em relação à inclusão das pessoas surdas e no redimensionamento das práticas pedagógicas, no ensino de LIBRAS ferramenta de comunicação para a educação dos surdos nos Âmbitos Escolares no município de São Paulo de Olivença, bem como um recurso norteador para a implementação de políticas educacionais na proposta pedagógica escolar. Políticas estas que, de fato, atendam às necessidades específicas de aprendizagem dos educandos surdos levando em consideração as diferenças para a organização escolar sobretudo as práticas educativas.

Acredita-se que o estudo também poderá contribuir de forma relevante para academia como uma reflexão para novas possibilidades de mudança na organização do contexto universitário em prol da educação dos surdos, bem como para ajudar outros pesquisadores em estudos posteriores. Nesse sentido, desenhamos os caminhos e mostraremos os objetivos subsequentes, com intuito de alcançá-los e que essa pesquisa possa abrir caminhos no que diz respeito da educação dos surdos e também fazer valer vigorar a legislação, que a pessoa surda de fato possa ser atendida conforme sua necessidade e que se tenham políticas públicas educacionais que auxiliem o processo socioeducativo dessa comunidade, que por muito tempo foi esquecida. Que no contexto escolar, o estudante com surdez, no que diz respeito ao cotidiano pedagógico, precisa ser redirecionado, construindo novas e infinitas possibilidades que levem este aluno a uma aprendizagem contextualizada e significativa, valorizando seu potencial e desenvolvendo suas habilidades cognitivas, linguísticas e sócio interacionistas na sociedade.

O arcabouço teórico desta pesquisa fundamentou-se no campo da Linguística Aplicada, com foco na Educação Bilíngue, especificamente no que diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e no que diz respeito ao ensino e aprendizagem da pessoa surda, estabelecida no decreto de Nº 5.626/05 e na Lei 10.436/02. Alguns documentos/autores que embasaram o estudo foram Brasil (2002, 2005, 2015), Skliar (1999), Gesser (2009), Salles et al. (2004, Vol I e Vol. II), Quadros (2007), Souza (2015) Dorziat (2011) Strobel (2008) entre outros, que serviu para o

norteamento e desenvolvimento deste trabalho de conclusão de Curso.

Metodologicamente, o estudo foi de campo, onde o pesquisador visitou as instituições como a Secretaria de Assistência Social, destinando-se para o órgão específico, o (CRAS) que trabalha diretamente com as famílias paulivenses, a Secretaria de Saúde, encaminhando-se em seguida as (UBS), que atendem as famílias do município, a Secretária de Educação, tanto Municipal (SEMEC) e Estadual (Coordenadoria Regional- SEDUC) e por final, visitou as escolas Municipais e Estaduais fazendo o mapeamento das pessoas surdas do Município de São Paulo de Olivença, conforme uns dos objetivos proposto deste trabalho. A análise dos dados seguiu uma abordagem quali-quantitativa, pois além dos dados quantitativos estatísticos da população e amostra, todavia buscou-se perceber as organizações, relações humanas do dia-a-dia no âmbito escolar da escola investigada. Utilizou-se também como técnicas de pesquisa a observação e a aplicação de questionários para os alunos surdos e a professores de Língua Portuguesa que atuam com esses educandos, bem como a análise documental em relação ao PPP da escola delimitada e investigada para atingir os objetivos traçados deste trabalho, possibilitando discussão acerca dos resultados obtidos durante essa investigação, conforme mostraremos no decorrer do percurso deste trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo, será apresentada a Fundamentação Teórica, que é importantíssima num trabalho de pesquisa, pois através da Fundamentação Teórica orienta-se para análise e interpretação dos dados coletados da investigação. Esta etapa é de suma relevância para o trabalho atingir os objetivos propostos. Em se tratando da educação brasileira e no que concerne a educação dos Surdos, conheceremos a seguir alguns teóricos e autores que trabalham nessa temática, conhecer conceitos em torno da Língua de Sinais, cultura, métodos de ensino para adquirir a aprendizagem dos educandos surdos, principalmente conhecer o que as leis que amparam essa comunidade, trazer discursões acerca das aplicabilidades delas na educação desses cidadãos brasileiros, numa perspectiva de atingir a todos, sem exclusão de nenhum.

1.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Souza e Matos (2015) em seus estudos sobre Política de Educação do Surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de Benjamin Constant, interior do estado do Amazonas, ressaltam sobre a área educacional e sua trajetória no nosso país. Soares (2005) retratam sobre a educação dos surdos:

A educação dos surdos, no Brasil, teve início com D. Pedro II, pela Lei N^o 839 de 26 de setembro de 1857, três anos após a criação do Instituto Benjamin Constant, em 1854. Foi fundado, posteriormente, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos.

A autora traz a alusão do início do trajeto da educação dos surdos no Brasil e a criação do primeiro Instituto para os educandos surdos. Algumas especulações surgiram em torno dos motivos que levaram o imperador a criar o Instituto, haja vista que a política educacional do Brasil de então (Ato Adicional de 1834) era descentralizada competindo às províncias a criação de escolas secundárias (ARANHA, 1999).

O autor Scantbelruy (2010) cita um questionamento feito por Strobel (2007) [...] “será que o imperador D. Pedro II se interessou na Educação de surdos devido ao seu genro, o príncipe Gastão de Orléans, marido de sua segunda filha a princesa Isabel ser surdo de um lado do ouvido e de que seu neto, filho do casal, ser surdo?”. A autora diz que em livros, enciclopédias e artigos nada se fala sobre a surdez unilateral de seu marido e da surdez total de seu filho, contudo isso só é relatado no livro biográfico “Isabel, a Redentora dos escravos”, do autor Robert Daibert Junior.

Contudo, a educação dos Surdos deu início precisamente no Brasil Império com D. Pedro II, quando este trouxe o professor Hernest Huet para compartilhar suas experiências educacionais no Instituto de Surdos-Mudos. Ressaltamos que a educação dos surdos iniciou-se somente com o gênero masculino, deixando à margem dos processos educacionais a categoria feminina até 1932 (SÁ, 2011).

Isto porque nesta época a concepção da sociedade frente ao atendimento escolar ao gênero feminino era diferente, uma vez que para as meninas a educação deveria acontecer na sua residência e o ensino era voltado ao aprendizado de prendas domésticas (cozinhar, lavar, bordar, artesanatos, etc.) para tornar-se uma boa esposa.

Salienta-se, também, que somente no século XIX com o aumento da criação de escolas para surdos foi criado em São Paulo o instituto Santa Terezinha, uma instituição confessional com a finalidade de atender as meninas surdas que estavam fora da escola.

Em 1855 chegou ao Brasil o francês Hernest Huet, portador de surdez congênita. O ex-diretor do Instituto de Surdos de Paris trouxe sua experiência de mestrado e cursos, a fim de comprovar a capacidade do surdo na área da Educação. [...] O francês só alcançou seu objetivo em 26 de setembro de 1857, com a fundação do Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), atualmente em Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

O professor francês Huet foi quem começou a usar uma metodologia específica para ensinar os surdos utilizando o alfabeto manual e a língua de sinais. A partir de então, a língua de sinais foi disseminada para todas as regiões brasileiras, visando à divulgação, valorização e fortalecimento da cultura surda e da comunidade surda brasileira. Durante anos, o INES foi a única escola especial para surdos, tanto assim que até hoje é considerado importante referência educacional.

Entretanto, a despeito dos avanços, o Brasil sofreu influências internacionais em 1880, após o II Congresso Mundial dos surdos na Itália, período no qual os surdos do mundo inteiro enfrentavam grandes problemas com a imposição do Oralismo (LIMA, 2004).

Nesse contexto, as ações educativas voltadas para surdos iniciaram com a valorização e aplicação da língua de sinais, entretanto, tal prática sofreu opressão ocasionada pelas decisões aderidas pelo estado brasileiro advindas do Congresso de Milão de 1880. Corrêa (2008, p. 15-16) afirma que:

Em 11 de setembro de 1880, o segundo Congresso internacional em Milão encerrou esse período de êxito. Pois trouxe uma completa mudança nos rumos da

educação dos surdos [...] termina uma época de convivência tolerada na educação dos surdos entre a linguagem falada e gestual, e, ainda, ocorre o desaparecimento da figura do professor surdo, que até então era frequente nas escolas. Era o professor surdo que intervinha na educação, de modo a propagar um certo tipo de informação por intermédio da língua de sinais que, após o congresso, foi excluída das escolas.

A língua de sinais, no século XX, foi oprimida por meio de atitudes repressoras adotadas pelos profissionais responsáveis pela educação do surdo. O método de L'Épée, permaneceu no Brasil até 1901. Como assinala Perlin (2002, p. 75) apud Lima (2004), nos anos posteriores, o Instituto caminhou para a visão oralista no ensino de surdos. E, em 1930, instaurou-se a visão clínica, quando o Instituto passou a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde.

Segundo Soares (2005), o cenário social brasileiro apontava para o crescimento das indústrias e o aumento de mão de obra desqualificada, impulsionando assim reivindicações, dentre elas, o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, que expressava a preocupação dos educadores com a lentidão na tomada de medidas por parte do governo para a implantação de uma política nacional de educação. Estes manifestos sobre o alto índice de analfabetismo agora eram denunciados por educadores. No entanto, este movimento não teve nenhum intuito de mudar o processo educacional do Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos.

Em 1923 a 1929, surgiu a Associação Brasileira de Surdos e houve grande mobilização pelo direito de um ensino em Língua de Sinais. Mesmo no INES durante muito tempo a metodologia oralista predominou e desencadeou uma série de divergências entre surdos e profissionais.

Em meados do período da ditadura militar (1964-1985), os surdos lutaram em busca de melhores condições de vida. Em 1971, foi fundada a Federação Brasileira de Surdos, presidida pelo Reverendo Vicente P. Burnier. A partir de 1976, vários movimentos, de várias instâncias da sociedade civil, reivindicavam com a intenção de acabar com o autoritarismo da ditadura militar e conquistar o retorno ao estado da legalidade.

Somente em 1977 foi criada a FENEIDA, Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, com a participação apenas de ouvintes envolvidos com a temática dos surdos (FENEIS, 1993, 2013).

De acordo com Balieiro (1989) apud (LIMA, 2004), no município de São Paulo, em meados de 1933, iniciaram –se as ações educacionais formais para os surdos em instituições particular e religiosa, tornando-se opção única por quase duas décadas.

No que diz respeito à iniciativa com ações voltadas para surdos na rede municipal de educação, deram-se em meados de 1950, as quais originaram, respectivamente, o Instituto Hellen Keller e o Instituto Educacional de São Paulo (hoje DERDIC, ligado a PUCSP). Já a rede estadual de ensino manifestou-se a partir de 1957, com a criação de cinco classes especiais para atender ao aluno surdo dentro de escolas regulares. Tanto o Instituto Hellen Keller quanto o Instituto Educacional de São Paulo (DERDIC) utilizavam-se do método oral através de intenso “treinamento de fala, de comunicação oral e linguagem”.

No século XX, em 1982, o reverendo norte-americano Eugênio Oates publicou no Brasil a obra, *Linguagem das mãos*, que continha 1.258 sinais fotografados, gerando o primeiro dicionário ilustrado para surdos. Posteriormente, em meados de 1987, foi fundado a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), no Rio de Janeiro, na qual, dentre outras atribuições, ela visou a lutar pelo direito linguístico dos surdos, prioritariamente, ao uso da língua de sinais. Esse órgão de forma organizada, conquistou sede própria, formando agentes multiplicadores em todo o Brasil para a difusão da LIBRAS, em parceria com o MEC (GOES & CAMPOS, 2013).

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida legalmente no Brasil como meio de comunicação dos surdos, pela Lei Federal de N° 10.436/2002 e fortalecida com o Decreto 5626/ no ano de 2005. Em decorrência deste documento, em 2006 foi implementado o primeiro curso coordenado pelas instituições superiores, em parceria com a Universidade de Santa Catarina, em nove polos espalhado pelo Brasil. Ressaltamos que o Estado do Amazonas foi um deles.

Dessa forma, a educação dos surdos trilhou, desde o início, caminhos educacionais com a valorização da língua de sinais, mas tendo que substituí-la em virtude da imposição vertical da proposta oralista, sob o argumento de que esta seria o melhor método para o ensino dos surdos. Portanto, a educação dos surdos no Brasil foi influenciada por concepções políticas e pedagógicas europeias, não sendo diferente a situação no Estado do Amazonas.

1.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Para abordar o conceito de LIBRAS, recorreremos aos estudos de Souza (2016) referentes a Lei Federal 10.436/2002:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A Libras foi concebida como meio de comunicação e expressão dos surdos brasileiros por meio da Lei Federal 10436/2002. Este idioma deve ser concebido como língua de instrução para as pessoas surdas, pois eles utilizam outro canal de comunicação que é o canal visual espacial com gramática própria diferente do canal de comunicação dos ouvintes que oral auditivo. No processo de inclusão Doziart (2011, p. 27) salienta que:

A inclusão, a valorização da língua de sinais para os surdos é questão essencial, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre as pessoas”. Esta concepção de inclusão é edificada numa visão de surdez sociocultural. O pesquisador Jokine (1999, p. 108) ratifica a surdez em seus diversos aspectos: “[...] sociais, linguístico e cultural essa visão enfatiza os aspectos positivos da surdez experimentados pelos surdos como a língua única, a cultura e a comunidade como uma história rica.

O decreto 5626/ 2005 conceitua a pessoa surda como: “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Para Souza (2015):

No sentido aqui adotado da surdez, a língua de sinais é entendida como condição *sine qua non* para que ele tenha plena participação nas atividades desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, neste viés de inclusão existe uma valorização da língua de sinais bem como das associações e comunidades surdas.

Adotar na instituição escolar a língua de sinais como língua de instrução é condição crucial para o acesso ao currículo dos educandos surdos e também permitir o sucesso e permanência dos mesmos é reconhecê-lo na sua diferença, na sua forma de apreender e compreender o seu entorno e interagir nos contextos sociais da comunidade surda e do ouvinte. De acordo com Skliar (1999) o reconhecimento das pessoas surdas e da sua comunidade linguística possibilita o reconhecimento das línguas de sinais dentro de uma ótica mais geral de Bilinguismo. (SOUZA, 2015).

Nesse contexto, o surdo não é visto deficiente, mas como pertencente a uma minoria linguística que necessita da língua de sinais como mediação para a aprendizagem e para relacionar-se com o professor, com o aluno e com o conhecimento. Tendo isto, é relevante valorizar a comunidade surda e associações de surdos compartilhando conhecimentos linguísticos e culturais com seus pares, possibilitando assim a alteridade e subjetividade do surdo. As pessoas surdas, em interação entre si e com os ouvintes fluentes em, pela mediação da Libras, trocam ideias, conhecimentos, valores e vão configurando sua identidade e alteridade, enfim, a cultura.

Isso se faz relevante para que o surdo não se veja como um problema no espaço escolar, mas que o espaço escolar passa a ser um problema, quando não oferece condições adequadas para oportunizar a igualdade no acesso ao conhecimento, por meio do respeito à diferença do educando surdo em ter uma forma específica de apropriação do conhecimento, que é a Língua de sinais.

Os surdos são diferentes dos ouvintes, visto que apreendem, interagem com e no mundo por meio das experiências visuais e de sua língua materna (SKLIAR, 1999). A partir da sua língua materna, interagem com o objeto cognoscente e com seus pares, assim eles constroem cultura. Por isso, não podemos mais conceber os surdos como incapazes, coitadinhos, impotentes, mas como indivíduos que têm uma condição peculiar: a surdez.

Contudo, estes têm singularidades e especificidades quando criam mecanismos significativos que possibilitam uma comunicação na forma de interação e relação com o outrem e com a natureza. Strobel (2008, p. 24) salienta que:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição da cultura surda e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças os costumes e os hábitos do povo surdo.

Portanto, para educar os surdos com o olhar na heterogeneidade, nas diferenças culturais e linguísticas dos discentes, a escola deve contribuir para a construção da identidade e alteridade de seus educandos por meio de práticas fomentadoras da valoração da língua de sinais.

Ainda salienta a política de educação especial, na perspectiva de educação inclusiva, que para a obtenção do possível sucesso no processo de inclusão dos surdos, faz-se necessário que os sistemas de ensino regular assegurem na sala comum a disponibilização de serviços de apoios pedagógicos como intérpretes de libras,

instrutores de Libras, bem como os serviços desses profissionais com conhecimentos específicos na sala de recurso multifuncionais ofertada na própria escola ou em parcerias com centros de Atendimento Educacional Especializado(AEE).

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais. O ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, na modalidade escrita, para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa, e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença lingüística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular (BRASIL, 2008).

Ao falarmos sobre a educação de surdos, considera-se imprescindíveis dois documentos: Primeiro a Lei 10.436/2002 e o segundo o Decreto 5626/05, que estabelece orientações para a organização e implementação da educação dos surdos, prioritariamente, em Língua Brasileira de Sinais.

Contudo, para a implementação de uma escola com os parâmetros reais de uma escola inclusiva, escola específica bilíngue ou classe bilíngue, é necessário um investimento financeiro em formação de recursos humanos, materiais, arquitetônicos. “Porque ofertar educação aos surdos, numa perspectiva Bilíngue, requer a valorização de sua cultura, a língua que é a Libras, intérpretes, instrutores de libras nas salas comuns e nas salas de recursos, conforme o movimento surdo defende e está previsto no decreto 5626/05”. (Souza, 2015)

Com o propósito de efetivar o êxito da política de inclusão, foi instituído o Decreto nº7.611 de novembro de 2011, que estabelece o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Neste documento, o AEE é compreendido como o conjunto de atividades, de recursos, de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, como forma de complementar e suplementar a formação dos educandos da Educação Especial.

Com relação ao Atendimento Educacional Especializado na educação das pessoas com surdez, o Decreto 7611/11 institui a orientação para a oferta da educação dos surdos, conforme o que estabelece o decreto 5626/2005.

Neste documento, também, consta que as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva a inclusão por meio de escolas e classes de educação bilíngue, abertas a discentes surdos e ouvintes, com professores bilíngues desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental.

As instituições escolares, para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional devem contar com docentes das diferentes áreas de conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérprete de Libras- Língua Portuguesa. O Decreto 5626/05 recomenda em seu art. 22:

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a LIBRAS e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º: Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

Dessa forma, os educandos surdos matriculados na rede regular de ensino têm direito, no contra turno, tanto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), em salas de recurso, como também a sala de aula comum. O AEE deve ser ofertado na própria escola ou em uma escola especial de forma a complementar as necessidades básicas de aprendizagem dos educandos surdos. O Decreto em seu art. 14 estabelece orientações para o acesso à comunicação, informação e educação: Inc. IV “garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a Educação Infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização”.

Destaca-se também um importante documento, o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024, Lei PL nº 13.005, que estabelece, na meta 4, a universalização para a população de 4 a 17 anos, garantir a oferta de Educação Bilíngue, em Libras (1ª Língua), e a Língua Portuguesa (2ª Língua), na modalidade escrita aos alunos surdos e com deficiência auditiva em escolas, classe bilíngue e em escolas inclusivas. (SOUZA, MATOS, 2016)

A partir desse pressuposto, as instituições de ensino não podem mais pensar que estão incluindo e promovendo o acesso ao conhecimento construído historicamente aos surdos, porque estes fazem parte no registro de matrícula. Para que eles sejam, de fato, incluídos na escola, faz-se necessário uma reconfiguração significativa nos sistemas de educação com a implementação de salas de recursos com professores bilíngues surdos ou não, práticas pedagógicas inclusivas com instrutor e Intérprete e Tradutor de Libras e Língua Portuguesa. (SOUZA, MATOS, 2016)

Vale ressaltar que a Libras é um elemento crucial na educação dos surdos, mas ela não é tudo. Haja vista que ela deve estar associada a uma prática pedagógica que

reconheça e valorize a diferença linguística, cultural e social da pessoa surda. Sendo assim, o docente deve criar estratégias, metodologias, recursos visuais e didáticos adequados visando atender as necessidades de aprendizagem dos surdos.

1.3. ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS

O tradutor intérprete educacional da Língua Brasileira de Sinais, mediador que deve auxiliar na inclusão do aluno com surdez, teve seu reconhecimento com Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e posteriormente com a Lei de nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

A mesma lei dispõe em seu art. 18 sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras –Língua Portuguesa, que deve ser realizado por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. Estigmatizados, à época, os alunos Surdos passaram a se agrupar e a utilizar, entre seus pares a língua de sinais. Para beneficiar a inclusão de alunos com Surdez na escola de ensino regular, escolas municipais e estaduais passaram a investir na presença de um tradutor e intérprete em turmas que atendem tais alunos.

Nesse sentido, a escola regular se apresenta como instrumento fundamental no desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva. Para compreendê-lo e facilitar o ensino e a aprendizagem dos mesmos, é necessário que a atuação docente ocorra como mediadora na construção e desenvolvimento cognitivo na interação comunicativa entre ambos, além de buscar novas alternativas de trabalho.

Na visão clínica terapêutica, os especialistas chamam os mesmos de “deficiente auditivo”, que historicamente, já foi definida a partir de mensuração de níveis de faixa de decibéis (dB), unidade que atribui o grau de surdez de um indivíduo e necessária para medir intervalos de potências, exprimindo diferenças de nível de sensação acústica (COUTO-LENZI, 1999). Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Manifesta como surdez leve/moderada: perda auditiva até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo. Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz

humana bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral (BRASIL, 1999, p.8).

Tal definição foi substituída pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999), que passam a considerar os processos sociais e contextuais da perda auditiva, não se restringindo às categorias psicofísicas destes alunos. Em que pese a data de promulgação de tais documentos, o acesso dos alunos com deficiência auditiva ainda é precário, apresentando resultados ainda tímidos, principalmente em se tratando das escolas de ensino regular, seja no âmbito estadual ou municipal. Muitos são os fatores que ainda impedem ou influenciam o desenvolvimento e o desempenho social da pessoa surda, dentre os quais: ausência de escola bilíngue em número suficiente para os alunos que apresenta grau de surdez, ausência de formação de docentes em Libras, estigma que recai sobre o aluno surdo e seu desenvolvimento social e cognitivo, imaginário regressivo e de senso comum que defende a escola especial como capaz de “proteger” os alunos com surdez de eventuais discriminações negativas. Apesar da defasagem na formação em Libras, profissionais que atuam no ensino de alunos Surdos, assinalam que este educando adquire espontaneamente a língua de Sinais (LIBRAS) no convívio com seus pares, tendo possibilidades de se desenvolver nos campos cognitivo, emocional e social, além de ter melhora na autoestima pela interação social e o seu protagonismo.

Por outro lado, Slobin (1980, p.203) discute, a partir da teoria de Vygotsky, a relação entre pensamento e linguagem: "na evolução humana, a fala pode servir ao pensamento e o pensamento pode ser revelado na fala". Ancorado em Vygotsky, discute o uso interno da linguagem, afirmando que esta não precisa necessariamente se refletir nos movimentos articulatórios do aparelho vocal, o que nos permite inferir que a comunicação não é exclusivamente verbal. No caso dos alunos com a pessoa surda, essa função é desenvolvida pela utilização de Libras, envolvendo-se com o pensamento de forma peculiar. A teoria sócia histórica de Vygostky (1984; 1987) compreende as multideterminações, a complexidade e a historicidade na formação do psiquismo. O desenvolvimento do psiquismo se dá na apropriação dos conteúdos produzidos e transformados pelo homem por sua condição social histórica e manifesta nos processos educativos com os quais está envolvido desde o nascimento, mas que infelizmente não oferece qualidades psíquicas para se desenvolver. Quando carece de transmissores de cultura ligada por gerações precedentes, de modo que tais condições se revertam para aprendizagem cultural e para o comportamento humano, é perceptível que as relações

do indivíduo com a cultura sejam essenciais para que a criança se desenvolva como membro da espécie humana e em seu potencial máximo.

Por outro lado, na ausência de uma relação educativa que possibilite a apropriação da cultura, percebemos que o desenvolvimento humano fica condicionado aos processos ligados ao biológico, numa equiparação à condição dos animais. Sabendo que a natureza não nos oferece o suficiente para o desenvolvimento pleno na sociedade, tal ausência de interação pode ser crucial, já que o aparato biológico não garante a humanização do indivíduo. No caso, crianças que possuem surdez podem ter a interação prejudicada, caso não sejam reforçadas ações no sentido de se reconhecer a importância das condições de vida e educação adequadas para o amplo desenvolvimento e aprendizagem acontecerem de forma ativa e protagonista.

O desenvolvimento se dá, portanto, através de objetos e instrumentos, aproximando-se das formas de pensar e atuar no contexto histórico-social. As capacidades específicas do homem que lhe conferem a possibilidade de um aprendizado significativo em pleno potencial seriam: memória lógica, capacidade de planejamento, criatividade, imaginação, volição, raciocínio, pensamento abstrato, atenção concentrada: funções psicológicas superiores que se desenvolvem a partir do aprendizado coletivo, que lança mão de ferramentas auxiliares, ou seja, dos signos e outros instrumentos. Para que o aluno com deficiência consiga ter sua relação com a sociedade mediada pelos signos, é necessário que haja formas de interagir com as pessoas de forma geral. Para tanto, devemos considerar que as pessoas com deficiência auditiva podem assumir sete tipos de identidade (o que inclui diferentes demandas para o desenvolvimento e aprendizagem). Tais especificidades nos fazem refletir sobre possibilidades de aprendizagem junto aos alunos com deficiência auditiva, lançando-se mão de autores e referenciais teóricos que permitam avanços intelectuais, sociais e emocionais dentro da diversidade de desenvolvimentos possíveis para esse perfil de aluno.

Em se tratando de uma discussão acerca de saberes especializados sobre a deficiência, observamos uma tendência em “autorizar” algumas áreas a produzirem conhecimento sobre a questão, o que pode se tornar um agravante para o trabalho do professor de salas regulares, pois, seu saber-fazer será descaracterizado enquanto um conhecimento legitimado para o ensino. Defender o retorno das escolas especiais é incorrer num negacionismo dos avanços conquistados nas últimas décadas, sejam através de leis, notas técnicas ou pelo conhecimento científico já evidenciado em pesquisas. É visível os jogos de poder que subjazem ao debate da escola especial e da

escola regular inclusiva, envolvendo terceirização de serviços especializados, além da movimentação de uma indústria de cursos, empresas e assessorias que atuarão sobre os diagnósticos, tratamentos e investimentos em áreas do saber especializadas.

Tais interesses afetam direta ou indiretamente a formação do futuro cidadão com deficiência auditiva, que deve ter seu lugar de sujeito de direitos e deveres e protagonismo garantido por políticas públicas afirmativas, já que tais ações discriminam positivamente tais diferenças, equalizando o desenvolvimento e aprendizagem desse perfil de alunos.

1.4. INCLUSÃO X EXCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

A seguir mostraremos a concepção de alguns autores sobre a visão de Inclusão e Exclusão, no âmbito educacional. As duas palavras que são antagônicas e que de fato sempre prevalece uma, por questões de tais fatos ou ocasião seja ela em qualquer ambiente, principalmente nas instituições de ensino. Alguns pesquisadores defendem e acreditam que há apenas uma dela é o ideal para seguir, para atingir as metas e os bons resultados nas instituições de ensino, para que de fato se tenha realmente e que possa acontecer uma educação de qualidade, sem distinção de ninguém, aprendendo a respeitar e ajudar na diferença. Conheceremos agora essas duas vertentes nos subtópicos a seguir.

1.4.1 Inclusão

No contexto atual brasileiro, algumas escolas públicas têm diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão da inclusão, ao acesso e à permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para Cavalcanti (2015, p. 4), “inclusão não é colocar para dentro quem está fora, porque nesse caso se estaria afirmando que dentro estaria ótimo, e não está. [...], a inclusão propõe uma revolução ao seu público e a todo mundo por igual”.

A questão da inclusão está sendo realizada, em certo grau, mediante a aplicação de práticas que visem de maneira equitativa à inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). Programas eficazes de inclusão estão sendo cada vez mais utilizados dentro das escolas, reconhecendo a igualdade essencial entre os alunos, o que contribui para o combate da desigualdade e o preconceito (CAMPOS e VASCONCELOS, 2013, p. 570).

Dessa maneira, na escola inclusiva, a educação é vista como um direito que engloba a todos, independentemente da necessidade apresentada. Sendo assim, percebe-se que na escola inclusiva todos os alunos, com ou sem deficiência, têm direito à educação e à convivência nos mesmos espaços sem distinção. Marcos da inclusão educacional: - 1981 – Ano Internacional da Pessoa com Deficiência estabelecido pela Organização das Nações Unidas – ONU. - 1983 a 1993 – Década Internacional das Pessoas com Deficiência. - 2003 – Estatuto do Portador de Deficiência PLs 06/2003 artigo 286. - 2006 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência PLs 7.699/2006 Artigo 127. - Contido na Meta 6 da Lei 2000/2015 Plano Municipal de Educação.

A inclusão nas escolas regulares, como espaço disciplinar e multidisciplinar em que as fronteiras entre os distintos campos de conhecimento se entrecruzam e, muitas vezes, se tornam difusas, carece de uma formação cada vez mais inclusiva dos profissionais que nela atuam. Falar em inclusão escolar é falar sobre um tema que levanta discussão, ainda mais intrigante quanto à pergunta que se refere ao ensino para alunos com necessidades educativas especiais. Essa é a porta de entrada para a inclusão (MANTOAN, 2006, p. 11). Muitos pesquisadores resistem à inclusão dos alunos surdos em classes de ensino regular (LACERDA, 2006; LORENZZETTI, 2003; PADILHA, 2014).

Contudo, apesar das resistências, cresce a adesão de redes de ensino, de escolas, de professores, de pais e de instituições a favor da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, trazendo à tona o argumento a favor da inclusão, relacionados à questão da igualdade e o respeito às diferenças, à valorização do direito à educação e ao atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais.

1.4.2 Exclusão

A exclusão do aluno surdo nas escolas regulares é um fator que vem sendo observado com muita regularidade, principalmente em pesquisas científicas e estágios. Embora exista disposição do aluno em ser aceito ou até mesmo promovido, ele é excluído por motivos banais e inconsistentes. Concepção padronizada de aluno, que exclui qualquer que não seja “normal”, ou seja, fora do padrão institucionalizado. Sedycias (2005, p. 147) aponta para a razão principal dessa exclusão, a saber, uma questão meramente pedagógica: o professor precisa estar capacitado na área da Língua de Sinais. Essa habilidade será capaz de favorecer a comunicação entre professor e

aluno. Sabe-se, portanto, conforme Mantoan (2006, p.25), que os alunos com ou sem deficiência, que foram e são ainda excluídos das escolas regulares, devem receber tratamento pedagógico inclusivo para que possam ser inseridos no processo de ensino e aprendizagem e possam ter seu direito à educação atendido.

Ações educativas com os surdos nas escolas regulares, escolas bilíngues, sala bilíngues, de recurso, escolas inclusivas, e/ou de atendimento educacional especializado não podem mais se vincular a um discurso envelhecido de que elas não estejam preparadas para atuar com aprendentes surdos no cotidiano escolar. Ao contrário devem buscar alternativas de ensino que valorize a Libras como língua de instrução, estratégias, recursos que respondam as suas especificidades. Como vem clarear Freire (2009, p.38) que: “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

Essa falta de políticas públicas acarreta inúmeras dificuldades para o ensino da Libras, uma delas, é falta de um intérprete na sala de aula para mediar a comunicação entre o professor e o aluno o que é previsto pela Lei 12.319/2010 o direito do aluno ter em sala de aula ou qualquer espaço público, ter um profissional para mediar e facilitar a comunicação. Assim como também temos, o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua de Sinais Brasileira (Libras), e o artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, constitui normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e possui falhas na prática, levando, muitas vezes os pais a não aceitarem que o filho participe da escola, pois a mesma não oferece condições de mantê-lo e não está preparada como deveria no que diz respeito à “aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão” (CURY, 1999, ON LINE).

Portanto dessa forma, os docentes devem refletir sobre sua prática pedagógica e ir para sala de aula munidos de estratégias metodológicas capazes de gerar respostas as necessidades de comunicação e aprendizagem dos alunos surdos. (SOUZA, et.al, 2013). Enfim, inclusão educacional não é garantir a matrícula do aluno surdo, mas reorganizar a escola para atender às reais necessidades básicas do ensino que permitam ao discente surdo ter acesso aos conteúdos escolares, e que ele sinta vontade de permanecer e continuar na escola para assim construir sua identidade cultural e uma formação cidadã. (SOUZA e MATOS, 2015).

2 METODOLOGIA

Para a realização da proposta de pesquisa intitulada “Um estudo sobre a situação de pessoas surdas quanto à inclusão ou exclusão no âmbito escolar na zona urbana no município de São Paulo de Olivença/Amazonas”, foi adotado o tipo de pesquisa de campo nas secretarias de educação estaduais e municipais, nas escolas do referido município, com observação direta, visto que ela proporcionou uma aproximação ao fenômeno investigado que foi analisar como está a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM.

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

2.1.1 Pesquisa descritiva

No que se refere ao objetivo geral desta pesquisa, classificou-se como descritiva, pois tem como objetivo descrever como está a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM.

Nesse sentido, deve-se dizer que esta pesquisa buscou descrever minuciosamente o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos e também averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos, buscou-se fazer a descrição do mapeamento da população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade e por fim verificou-se se o projeto pedagógico das escolas atende as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos.

A respeito disso, o autor Gil (2002) traça os seguintes esclarecimentos:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002. p. 42)

De acordo com o autor, esse tipo de pesquisa tem como finalidade descrever as

características da amostra populacional ou fenômeno investigado, relacionando o estabelecimento das variáveis que se encontra na pesquisa. O autor afirma que há infinitudes de classificação dos estudos de acordo com o tema proposto da investigação, e umas das suas características na utilização das técnicas, são as coletas de dados, utilizando-se questionários, observações sistemáticas que se utilizou nesta pesquisa de trabalho de conclusão de curso.

2.1.2 Método Fenomenológico e hermenêutico

A fenomenologia, como um método de pesquisa, de acordo com Martins e Bicudo (2006):

[...] é uma forma radical de pensar. Assim sendo, por sempre estar contextualizada, ela parte, necessariamente, de caminhos conhecidos de efetuarem-se as práticas sociais e de realizarem-se as ações, desafiando pressupostos aceitos e buscando estabelecer uma nova perspectiva para compreender o fenômeno (MARTINS; BICUDO, 2006, p. 18).

Para que a fenomenologia seja efetivamente colocada em prática é necessário que o pesquisador diante do fenômeno investigado assuma uma atitude de colocar entre parênteses ou em suspensão todo o seu conhecimento sobre o mundo natural, como uma forma radical de pensar no tema investigado, mas também não saindo do contexto relacionado e buscando uma nova concepção de compreender o que está em volta do fenômeno investigado.

Como concepção filosófica adotaremos o método Fenomenológico e hermenêutico que estão constituídos de momentos: o primeiro a compreensão, o segundo a interpretação e o terceiro a nova compreensão (MANSINI, 2008). Os três momentos que compõe este método poderão possibilitar o investigador ir além das percepções imediatas para uma compreensão crítica do objeto em questão.

2.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

2.2.1 Pesquisa bibliográfica

Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, uma vez que foram feitas leituras das obras com o intuito de compreender de que forma está a educação quanto a inclusão ou exclusão da pessoa surda no âmbito educacional. De acordo com Maria Marly de Oliveira (2008) pesquisa bibliográfica é: “uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos”.

2.3.PERFIL DOS PARTICIPANTES

Primeiramente, pensou-se em selecionar esses participantes pois são esses professores da área de Língua Portuguesa que trabalham com os alunos surdos na escola a qual foi feita a pesquisa, a escolha desses professores deu-se pelo fato de os mesmos já possuírem um contato com os alunos também investigados. A seguir foram descritos o perfil dos participantes.

O Professor L.A.M.B é do sexo masculino, tem 65 anos, nasceu, mora e atua como professor no município de São Paulo de Olivença-AM, tem formação normal superior, sem especialização e atua há 17 anos na área da educação.

A professora M.F.H é do sexo feminino, tem 31 anos, nasceu, mora e atua como professor no município de São Paulo de Olivença-AM, tem formação em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Amazonas- UEA, possui especialização em Gestão Escolar e atua há 5 anos na área da educação.

Dando prosseguimento a descrição dos participantes, em seguida serão descritos os dos alunos surdos que fizeram parte desta pesquisa os mesmos foram imprescindíveis para que essa pesquisa pudesse ser realizada.

O aluno A.S.A. é do sexo masculino, tem 18 anos nasceu, mora e estuda no município de São Paulo de Olivença-AM, estuda na escola estadual Professora Nilce Rocha Coelho e faz a série 9º etapa “1” que corresponde ao 1º ano do ensino médio da modalidade EJA.

A aluna G.I.S. é do sexo feminino, tem 26 anos, nasceu, mora e estuda no município de São Paulo de Olivença-AM, estuda na escola estadual Professora Nilce Rocha Coelho e faz a série 10º etapa “2” que corresponde ao 2º ano do ensino médio da modalidade EJA.

2.4 COLETA DE DADOS

2.4.1 Observação

Durante os estágios de observações e Regência em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio no período de outubro de 2021 e março de 2022 na escola estadual Professora Nilce Rocha Coêlho, fez-se a observação individual nas aulas de LP na referida instituição investigada nas turmas da EJA do Ensino Médio, deparando-se com alunos surdos e ouvintes numa sala comum, com realidades e linguagens opostas. Acredita-se que foi por meio das observações que puderam ser diagnosticados se há

inclusão ou exclusão dos alunos surdos dentro do âmbito escolar. No que diz respeito à técnica de pesquisa observação o autor Gil (2002, p. 35) aduz que:

Este é o procedimento fundamental na construção de hipóteses. O estabelecimento assistemático de relações entre os fatos no dia-a-dia é que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência. Alguns estudos valem-se exclusivamente de hipóteses desta origem. Todavia, por si sós, essas hipóteses têm poucas probabilidades de conduzir a um conhecimento suficientemente geral e explicativo.

Conforme o autor, essa técnica de pesquisa é de extrema relevância de se construir uma hipótese da pesquisa. Pois a vivência do dia a dia no local investigado possibilitará em trazer uma problemática existente, fazendo-se me pensar em soluções desse problema proposto. Vale salientar que através dessas observações feitas na sala de aula, que se pensou nessa proposta de investigação sobre a educação dos surdos no município de São Paulo de Olivença-AM.

2.4.2 Questionário

O questionário foi utilizado para investigar o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos e averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos e também para fazer o mapeamento da população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade e por fim verificar se o projeto pedagógico das escolas atende as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos.

Em vista disso, foi utilizado a técnica de pesquisa questionário que foi direcionado à dois professores de Língua Portuguesa e dois alunos Surdos.

Como mencionam Marconi e Lakatos (2009, p. 201): “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série de perguntas [...]”. Por meio deste questionário com perguntas abertas pode-se perceber as percepções e o posicionamento dos professores e alunos em relação à inclusão ou exclusão dentro da escola. Tendo em vista, as duas percepções tanto dos professores e como dos alunos.

2.4.3 Pesquisa documental

Quanto às técnicas de coletas de dados a análise documental. “De acordo com Lüdke e André (1989) a análise documental possibilita detectar informações factuais nos documentos”. Nesta técnica de pesquisa buscou-se informações nos documentos legais como o Lei 10.436/2002, Decreto 5626/2005, Lei de nº 12.319, PNE (Plano Municipal de Educação) a Proposta Pedagógica Curricular do município de São Paulo de Olivença, Projeto Político-Pedagógico da Escola investigada, Leis Educacionais. Para o mapeamento da população surdo, pesquisou no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010); Associação dos Surdos de Manaus- ASMAN (2012), Resoluções do CME referente ao tema e documentos das escolas como o censo escolar das matriculas dos alunos surdos para obter esses resultados.

Um dos critérios para a escolha desta população é a atuação dos professores nas referidas escolas das redes estaduais e municipais do município com pessoas surdas, delimitando-se em apenas uma escola da rede de ensino de São Paulo de Olivença- AM.

2.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada na área educacional no município de São Paulo de Olivença/AM. O local da pesquisa foi uma escola estadual, onde havia uma demanda maior de estudantes surdos, cujo o nome mostraremos mais a seguir, mas também para obter uns dos objetivos traçados desta pesquisa, que é mapear a população surda, foram investigadas as Secretarias nas áreas de: Assistência Social, Saúde e Educacional, tanto Estadual e Municipal, juntamente com as escolas pertencente da zona urbana localizada no município de São Paulo de Olivença, para ter acesso a esses dados estatísticos, para fazer uma comparação da quantidade populacional de surdos do município, quantos estão dentro e fora das escolas da zona urbana, inclusos ou exclusos.

2.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O fenômeno investigado foi por meio de uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Minayo (2012, p. 21) “trabalha com universos de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, valores, e das atitudes [...]”. Abordagem qualitativa, pois tentará captar os fenômenos para além dos dados quantitativos estáticos, mas buscando perceber nas teias das relações do dia-a-dia no âmbito escolar de como está à situação da pessoa surda quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana do município de São Paulo de Olivença/AM.

No entanto, esta pesquisa também é de cunho quantitativo, pois quantificamos as ocorrências a população dos surdos do município de São Paulo de Olivença-AM. E a respeito dessa abordagem quantitativa, estudiosos da área esclarecem que essa abordagem “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.)” Prodanov e Freitas (2013. p. 69).

2.6 CAMPO DE PESQUISA

Este tópico expõe as características do campo de pesquisa, apresentando sua estrutura física, trazendo os aspectos históricos, modalidades de Ensino e sobre o ambiente escolar na qual está disponível para a atender a sociedade. Para atender os objetivos proposto desta investigação, delimitou-se em apenas uma escola, cujo os estágios de LP, foi feita pelo pesquisador na instituição de ensino, conforme visualizaremos na figura a seguir.

Figura1: Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coêlho



Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

2.6.1 A ESCOLA

A Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coelho, situada a Rua Senhor do Bonfim, 19 - Bairro do Bonfim foi criada pelo Decreto nº 16.596 de 07 de julho de 1995 e desde então passou a ser administrada pela Professora Edy Balieiro de Góes, que

permaneceu a frente dos trabalhos do referido estabelecimento de ensino até 03 de maio de 2005. A partir de 12 de maio do mesmo ano, assume a direção da escola a Professora Nilce Nascimento Fermin, permanecendo no cargo até 28 de novembro de 2008. Seu substituto foi o Professor Lauro Ramires Pinto, docente da própria instituição, que direcionou os trabalhos de 01 de fevereiro a 30 de junho de 2009, quando foi substituído pela Professora Assunção Aparício Gomes, que ficou durante 11 anos a frente da gestão saindo em 01 de Janeiro de 2021 em seguida assumiu a gestão a Professora Daniela Rodrigues Araújo no dia 27 de janeiro de 2021 que direcionou os trabalhos até 24 de Janeiro de 2022, sendo substituída pela Professora Jonerly Nascimento dos Santos, atual gestora, que assumiu em 25 de Janeiro de 2022 e esta até o dia de hoje.

Aclamada patrona desta escola no ano de sua criação, Nilce Rocha Coêlho nasceu em 06 de junho de 1962 e faleceu em 06 de junho 1989 aos 27 anos. Exerceu a função de docente de 1983 a 1989, período em que prestou relevantes serviços à educação paulivense, e por gratidão e respeito esta escola tem a honra de tê-la como protetora.

A escola possui 10 salas de aula no interior do prédio, atende regularmente à comunidade oferecendo vagas do 2º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, Projeto Avançar – Fase 1 e 3, Educação de Jovens Adultos do Ensino Médio (9ª, 10ª e 11ª Etapas), distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Possui um quadro efetivo de 30 professores, todos com nível superior nas seguintes áreas: Normal Superior, Pedagogia, História, Geografia, Filosofia, Letras, Matemática, Física, Ciências Biológicas e Educação Física. Na parte administrativa, conta com 21 funcionários, divididos nos três turnos, todos unidos por uma Educação de Qualidade. (Histórico sintetizado feita pela pedagoga da escola)

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados e análises concretizadas na pesquisa com o título: **Um estudo sobre a situação de pessoas surdas quanto à inclusão ou exclusão no âmbito escolar na zona urbana no município de São Paulo de Olivença-AM.** Teve como objetivo geral analisar como está a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM. Como objetivos específicos, foram delineados os seguintes: Investigar o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos; Averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos; Mapear a população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade e Verificar se o projeto pedagógico das escolas atende as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos.

3.1. MAPEANDO A POPULAÇÃO SURDA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA/AM

Os resultados descritos nesta pesquisa sobre “Um estudo sobre a situação de pessoas surdas quanto à inclusão ou exclusão no âmbito escolar na zona urbana no município de São Paulo de Olivença-AM”, foram coletados durante os estágios de observação e Regências em Língua Portuguesa e visitas em instituições como Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social do referido município. Esta pesquisa foi desenvolvida no município de São Paulo de Olivença, localizada no Estado do Amazonas, Região Norte do Brasil. De acordo com o site da Wikipédia, a enciclopédia livre, São Paulo de Olivença é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 era de 40.837 habitantes, sendo assim o terceiro município mais populoso do Alto Solimões e o décimo sétimo mais populoso do Amazonas.

O Município de São Paulo de Olivença (Figura 02) pertencente à Mesorregião do Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões, situa-se ao sudoeste da capital do estado, Manaus, distando desta cerca de 1.235 quilômetros. Ocupa uma área

de 19.745,808 km², representando 1.2571 % do estado do Amazonas, 0.5124 % da Região Norte e 0.2324 % de todo o território brasileiro. Desse total 2,6279 km² estão em perímetro urbano.

FIGURA 02: Município de São P. de Olivença



Fonte: Portal do Holanda, 2019

FIGURA 03: Mapa de São P. de Olivença



Fonte: <https://www.familysearch.org/pt/wiki/index.php?curid=8065>/acessado: 2022.

FIGURA 04: Sinal em LIBRAS para o município de S. P. de Olivença



Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

São Paulo de Olivença originalmente, foi uma grande aldeia, considerada a capital da Província dos Kambebas, onde em 1689, Samuel Fritz fundou a Missão de São Paulo dos Apóstolos. A região era tão vasta que mereceu o título de Província. Começava no rio Javari e se estendia para a jusante do Solimões, compreendendo seis Missões fundadas pelo Padre Fritz. Uma dessas era a de São Paulo Apóstolo, que foi destruída, em 1709, pelos espanhóis e mais tarde restaurada pelos portugueses, sendo a primeira Missão lusa a cargo dos frades carmelitas, dos quais recebeu a denominação de São Paulo dos Kambebas. Aos longos dos anos, recebeu vários nomes, até que em 1759, o coronel Joaquim de Melo e Póvoas definiu o nome de São Paulo de Olivença, em reverência a então cidade portuguesa de OLIVENÇA, antes de sua tomada pelos

espanhóis. (wikipedia, acessado 2022)

Nesta investigação de TCC, temos como um dos objetivos mapear a população surda em idade, sexo e escolaridade, oficialmente matriculados nas escolas do município, para então sabermos se há inclusão ou exclusão desse público no âmbito educacional. Mas, primeiramente sentiu-se a necessidade fundamental de trazer informações sobre o quantitativo de pessoas com deficiência auditiva, inicialmente no Brasil, com o propósito de um melhor entendimento ou para então mapear no município de São Paulo de Olivença posteriormente.

Sobre a população surda brasileira, salientamos a pesquisa do Programa de Iniciação Científica da UFAM no período (2018-2019) que traz esse mapeamento de uma amostra populacional em nível nacional até chegar ao município de Tabatinga-AM, uma vez que o censo do IBGE ainda não atualizou o quantitativo desse público. Segundo INHAPE e SOUZA (2019) na pesquisa sobre o Ensino de Libras na sala de Atendimento Educacional Especializado no Município de Tabatinga-AM, a população de surdos se estima no território nacional é de dez milhões (10 milhões) de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), o que representa 5,1% da população brasileira e ainda aponta que 2 milhões da população possui deficiência auditiva severa. Pesquisas apontam que estes números devem somente aumentar. Quanto ao o Estado do Amazonas, foi identificado aproximadamente 85 mil, segundo a pesquisa da Associação dos Surdos de Manaus (ASMAN, 2012).

No município de São Paulo de Olivença/AM, não foi possível encontrar esses dados em sites de levantamento populacional da comunidade surda da região, principalmente o censo do IBGE, ainda não diagnosticou a população do Estado e nem do município investigado, com isso houve uma necessidade de ir ao município fazer esse levantamento, colher dados de instituições como, por exemplo: Secretaria de Assistência Social do Município, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal e Estadual de Educação da zona urbana do Município de São Paulo de Olivença, conforme visualizaremos nas tabelas a seguir.

Tabela 1. Relação dos Beneficiários Surdos ou com deficiência auditiva e outras deficiências no Cadastro Único do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da zona urbana do Município de São Paulo de Olivença/AM.

Grau/Tipo de Deficiência	Surdez leve/moderada	Surdez /outras	Outras Deficiências	Total de Beneficiários

Quantitativo	01	01	45	47
--------------	----	----	----	----

Fonte: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da zona urbana do Município de São Paulo de Olivença/AM. Agosto de 2022.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de São Paulo de Olivença trabalha diretamente com as famílias Paulivenses em programas sociais, benefícios pelo cadastro Único, dentre outros serviços prestados à comunidade. Na tabela acima, observamos a distribuição do número de Surdos e Pessoas com Deficiências (PcD) beneficiários de programas sociais. Por meio do quadro, observamos que apenas duas (2) pessoas surdas são beneficiárias do programa, sendo uma (1) do sexo masculino e uma (1) do sexo feminino e mais quarenta e cinco (45) com outras necessidades que também são beneficiárias, cujo nome é “benefício de prestação continuada (BPC)”, totalizando num quadro geral de quarenta e sete (47) beneficiários do programa.

Na tabela abaixo, observar-se-á a relação dos pacientes surdos ou D.A atendidos pelas UBS do município de SPO-AM.

Tabela 2. Relação dos pacientes Surdos ou com deficiência auditiva das Unidades Básicas de Saúde do Município de São Paulo de Olivença/AM

Unidades Básicas de Saúde- SPO	Surdez	Deficiente Auditivo	Total dos pacientes
UBS- Jorge Vargas	02	01	03
UBS- Dona Alice Campos	-	06	06
UBS- São João	-	14	14
UBS- Colônia São Sebastião	01	09	10
UBS- Santa Terezinha	02	11	13
Total dos pacientes	05	41	46

Fonte: Unidades Básicas de Saúde de São Paulo de Olivença/AM. Agosto de 2022.

Na tabela acima, observa-se a distribuição do número de pacientes que apresentam características da área da Surdez e Deficiência Auditiva (D.A) atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de São Paulo de Olivença. Segundo as coordenadoras das UBS do referido município, elas classificam os pacientes

como sujeitos Surdos: “aquela pessoa que nasceu com essa deficiência” e para os Deficientes auditivos, classificam como: “aquela pessoa que adquiriu essa deficiência ao longo do tempo”. Quanto a isso, a autora Gesser (2009) enfatiza que existem diferentes concepções e nomenclaturas sobre o sujeito surdo, isto é, existem nomenclaturas ultrapassadas que a sociedade ainda utiliza para essa comunidade, tem-se, de acordo com a autora, principalmente, duas visões entre o sujeito surdo: numa visão sociocultural x clínica patológica, nomeando-os de forma pejorativas como surdo-mudo, mudinho ou deficiente auditivo (D.A) na concepção clínica patológica. Para Gesser, (2009, p. 46):

Infelizmente, o povo surdo tem sido encarado em uma perspectiva exclusivamente fisiológica (déficit de audição), dentro de um discurso de normalização e de medicalização, cujas nomeações, como todas as outras, imprimem valores e convenções na forma como o outro é significado e representado.

Segundo a autora, infelizmente existem pessoas que ainda nomeiam surdos com nomes pejorativos e até mesmos os profissionais da área da saúde classificam o sujeito surdo como Deficiente Auditivo (D.A), relacionando às perdas de decibéis (dB) da audição, como podemos observar na tabela 2 acima, todas as UBS do município atendem públicos de todas as idades na área da Surdez. Importante frisar que as UBS possuem uma demanda desse público e muitos profissionais que atuam não têm conhecimento sobre o sujeito surdo e da realidade diária dessas pessoas, defendida na concepção sociocultural. O quantitativo dos pacientes considerados surdos atendidos pelas UBS é de cinco (5) e os pacientes que apresentam alguma perda de decibéis (dB) na audição é de quarenta e um (41), sendo que vinte e quatro (24) são do sexo masculino e vinte e dois (22) são do sexo feminino, numa somatória de quarenta e seis (46) num total geral dos pacientes que são atendidos nas UBS do município de São Paulo de Olivença-AM.

Nas próximas tabelas, 3 e 4, serão mostradas as matrículas dos alunos surdos e outras necessidades educativas especiais, os quais são atendidos nas escolas da rede municipal e estadual do município de SPO.

Tabela 3. Matrículas dos alunos por escola municipal.

Escolas Municipais	Surdez	Outras Necessidades Educativas	Total de Necessidades Educativas

Creche Zumira Balieiro Coelho	-	02	02
Escola Municipal Sonho Infantil	-	02	02
Centro Municipal de Educação Infantil Profª Maria de Fátima de Oliveira Mafra	01	02	03
Centro de Educação Municipal de Ensino Fundamental Profª Marlita Pinto Elias	-	04	04
Escola Municipal Profª Sônia Maria	-	18	18
Escola Municipal Indígena Kambeba Prof. Ivan Balieiro Saraiva	02	01	03
Escola municipal Indígena Kokama Profº Edson Pereira Arcanjo	-	02	02
Total de Necessidades Educativas	03	31	34

Fonte: Secretarias das escolas municipais. Agosto de 2022.

Na tabela acima, evidenciamos o quantitativo de alunos matriculados das escolas municipais do referido município investigado, podemos observar a distribuição dos alunos por escolas, os números dos alunos Surdos e outras necessidades educativas especiais. Conforme a tabela, verificamos que nas oitos (08) escolas municipais, temos três (03) alunos surdos, sendo uma (1) do sexo masculino e duas (2) do sexo feminino e mais trinta e um (31) estudantes com outras necessidades educativas especiais, numa somatória de trinta e quatro (34) educandos, tanto na área da surdez, como de alunos com NEE matriculados nas referidas escolas municipais.

Tabela 4. Matrículas dos alunos por escola estadual.

Escolas Estaduais	Surdez	Outras Necessidades Educativas	Total de Necessidades Educativas
Escola Estadual Prof.ª Nilce Rocha Coelho	02	17	19
Escola Estadual Centro Educacional Domênico Marzi	01	11	12
Escola Estadual Monsenhor Evangelista de Cefalônia	-	13	13
Escola Estadual Desembargador João Rebello Corrêa	-	20	20

Centro de Educação de Tempo Integral Calixto Ribeiro (CETI)	-	-	-
Total de Necessidades Educativas	03	61	64

Fonte: Secretarias das escolas Estaduais. Agosto de 2022.

Na tabela acima, há o quantitativo de alunos surdos e com NEE, matriculados nas escolas estaduais do município de SPO. Podemos observar a distribuição dos alunos por escolas, os números dos alunos Surdos e outras necessidades educativas especiais. Conforme a tabela, identificamos que nas cinco (05) escolas estaduais, temos três (03) alunos surdos, sendo um (1) aluno do sexo masculino e duas (2) do sexo feminino e mais sessenta e um (61) com outras necessidades educativas especiais, numa somatória de sessenta e quatro (64) educandos surdos e com NEE matriculados nas referidas escolas estaduais.

Portanto, conforme as tabelas acima (3 e 4), observamos o quantitativo de alunos surdos e outras necessidades educativas especiais matriculados nas referidas escolas da zona urbana das redes estaduais e municipais do município de São Paulo de Olivença. Dessas 12 escolas do município, foram identificados apenas 6 alunos surdos matriculados nas instituições de ensino, sendo 3 alunos surdos da rede municipal e 3 da rede estadual, dois (2) do sexo masculino e quatro (4) do sexo feminino. Diante desses dados, elaborou-se uma tabela e um gráfico para representar o sexo, escolaridade e quantitativo da população surda. Vale ressaltar que se constatou nas instituições investigadas (CRAS, UBS e Escolas) que apenas uma (1) pessoa apareceu cadastrada nas mesmas instituições (CRAS, UBS e Escolas), uma (1) pessoa em apenas duas instituições (UBS e Escolas) e quatro (4) pessoas encontra somente com dados nas escolas, fazendo-se uma análise e comparando os dados obtidos.

Na tabela abaixo, teremos uma distribuição da quantidade da população surda de SPO, em Sexo e Escolaridades, como poderemos observar a seguir.

Tabela 05. Sexo, Escolaridade e Quantidade dos Surdos e D.A do município de São Paulo de Olivença/AM.

Sexo	Escolaridade				Total
	Sem escolaridade	Fundamental/ Médio Incompleto	Matriculados/ Estudando	Médio/Superior Completo	
Homens	13	09	02	1	25

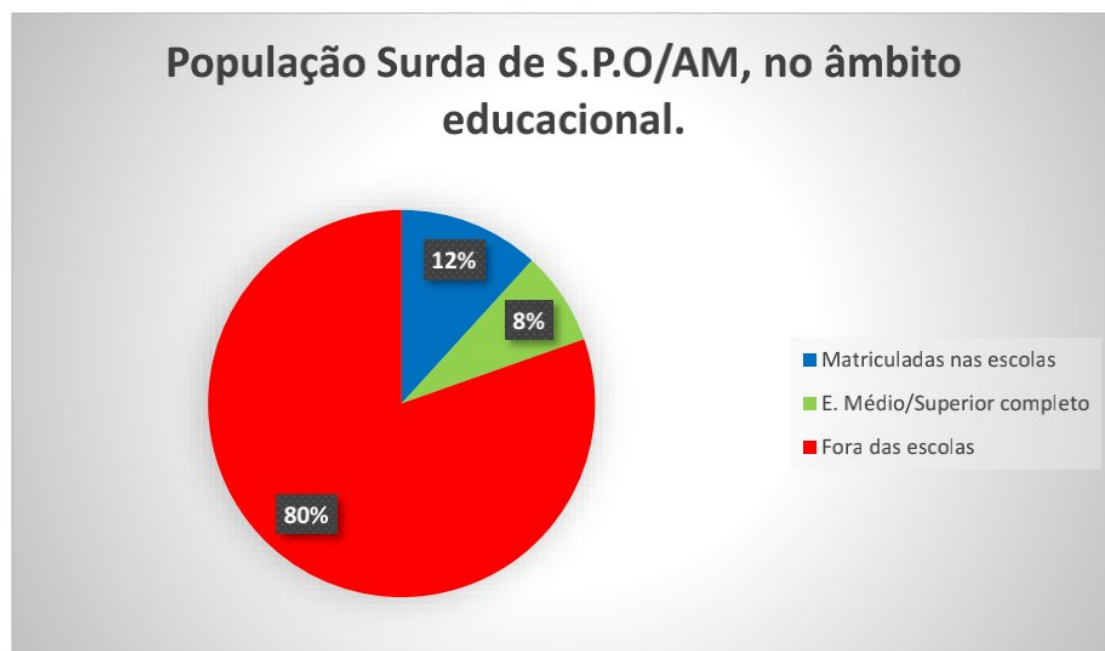
Mulheres	5	14	04	3	26
Total	18	23	06	4	51

FONTE: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

De acordo com os dados investigados das instituições (**CRAS, UBS e Escolas**), o município de São Paulo de Olivença da zona urbana possui aproximadamente cinquenta e uma (51) pessoas consideradas surdas ou D.A, relacionando-as com perdas auditivas entre homens e mulheres conforme a tabela acima. Sendo que dessas, cinquenta e uma (51) pessoas, dezoito (18) não possuem escolaridades, vinte e três (23) possui Ensino Fundamental e Médio Incompleto, seis (06) estão matriculados e frequentando as escolas do município e quatro (04) possuem Ensino Médio e Superior completo.

Fazendo uma análise em relação à inclusão e exclusão das pessoas surdas ou D.A no âmbito educacional chegou-se ao seguinte resultado, como mostrará o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Inclusão x Exclusão da População surda de S.P.O no âmbito escolar



FONTE: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

Verifica-se, com base no gráfico acima, que a porcentagem da população surda em relação à educação dessa comunidade evidencia que apenas 12% estão matriculados nas referidas escolas do município, 8 % possui Ensino Médio e Superior completo e

80% estão fora das escolas do município de São Paulo de Olivença, havendo sim uma EXCLUSÃO no âmbito escolar. Vale lembrar que, dessas escolas apresentadas na pesquisa, delimitou-se em apenas uma conforme a metodologia deste trabalho, para alcançar outros objetivos propostos deste trabalho, aplicando questionários tanto com os alunos surdos quanto com os professores de Língua Portuguesa que atuam com esses educandos.

A seleção da escola ocorreu por diversos fatores, dentre eles, os estágios supervisionados de observação, na área de Língua Portuguesa e a demanda de alunos surdos matriculados na referida escola. O local investigado dessa pesquisa foi a Escola Estadual Profª Nilce Rocha Coêlho da zona urbana do município de São Paulo de Olivença/AM. A seguir, mostraremos a matrícula dos alunos surdos e com outras NEE na referida escola.

Tabela 6. Matrícula dos alunos Surdos e outras Necessidades Educativas na Escola Estadual Profª Nilce Rocha Coêlho/São Paulo de Olivença/AM.

Turno	Surdez	Outras Necessidades Educativas	Total de Necessidades Educativas
Matutino	-	12	12
Vespertino	-	05	05
Noturno	02	-	02
Total de Necessidades Educativas	02	17	19

FONTE: Secretária da Escola Estadual Profª Nilce Rocha Coêlho, Agosto, 2022.

Conforme a tabela acima, pode-se observar a matrícula dos alunos surdos e outras necessidades educativas especiais que a escola atende nos respectivos turnos. Verificamos que a escola tem apenas dois (02) alunos que apresentam surdez e dezessete (17) alunos com outras necessidades educativas especiais matriculadas na referida escola. Sendo que os dois alunos surdos estudam no turno noturno na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no 3º Segmento do Ensino Médio, 12 alunos com necessidades educativas especiais estudam pela manhã e 05 estudam pela tarde.

Em se tratando da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/1996

“Seção V- da educação de jovens e adultos, Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. E por esses e outros motivos, foi criada a modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos, para dar oportunidade justamente às pessoas que não tiveram como frequentar o espaço escolar. Isso se dá aos educandos surdos pela acessibilidade, falta de profissionais para facilitar seu desempenho escolar, e os professores, por falta de conhecimento, reprovam sem buscar alternativas metodológicas para ajudar a compreender que o canal de comunicação é por meio da Língua de Sinais e que precisam estar inclusos nas atividades pedagógicas. Outros frequentam tarde o ambiente escolar por falta de condições por parte da escola para essa demanda de aprendizagem, resultando na única alternativa, que é a modalidade do ensino da EJA.

3.2. PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DA EJA QUE ATUAM COM OS ALUNOS SURDOS

Na Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coêlho possui 872 alunos matriculados, 61 professores e 21 servidores, distribuídos nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. A escola oferece as modalidades de Ensino: Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais, Projeto Avançar Fase 1 e 3 e Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio (9ª Etapa, 10ª Etapa e 11ª Etapa), segundo dos dados da Secretária da escola. Desses 872 alunos matriculados, 198 são alunos do turno noturno da modalidade EJA, sendo 02 alunos surdos matriculados são atendidos nesse turno da escola. Estes alunos surdos precisam de atendimento, com suporte dentro da sala de aula para que haja interação em professores e colegas de turma. Por isso os professores necessitam de uma formação continuada para atender as demandas dos alunos matriculados, ou ter profissionais que os acompanhe para melhor aprendizagem desses alunos, conforme a legislação vigente, que segundo a “lei nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 5. 626/05, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Esta foi vista como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria oriunda da comunidade de pessoas surdas do Brasil. A lei, em seu artigo segundo, traz que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial, de Fonoaudiologia e de magistérios, em seus níveis médios e superior, o ensino da Libras, como parte

integrante dos parâmetros Curriculares Nacionais”.

Em linhas gerais, sobre os professores de Língua Portuguesa, do turno noturno da modalidade EJA que atuam com esses educandos surdos, aplicou-se um questionário com perguntas abertas, para traçar os perfis dos educadores que atuam com esses alunos na sala comum, nas aulas de língua portuguesa, conforme veremos na tabela a seguir.

Tabela 07: Perfil dos Professores de Língua Portuguesa do turno Noturno da Escola Estadual Profª Nilce Rocha Coêlho.

Professores	Sexo	Idade	Formação	Especialização (Latus Sensu)	Tempo de atuação no magistério	Turmas com as quais trabalha
L.A.M.B	M	65	Normal Superior	-	17 anos	9º Etapa “1” e “2” e 10º Etapa “1”
M.F.H	F	31	Letras-Língua Portuguesa	Esp. em Gestão Escolar	05 anos	10º Etapa “2” e 11º Etapa “1” e “2”

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

Conforme na tabela acima, verificamos que, a formação inicial dos professores de Língua Portuguesa que atuam na sala com a turma onde os alunos estão matriculados, constatou-se que o professor **L.A.M.B** é do sexo masculino, tem 65 anos de idade, possui formação no curso Normal Superior, não possui especialização, atua como professor há 17 anos e atualmente está ministrando aulas de Língua Portuguesa na EJA nas turmas da 9º Etapa “1” e “2” e 10º Etapa “1” na escola investigada. A professora **M.F.H** é do sexo feminino, tem 31 anos de idade, possui formação no curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Literatura, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), tem especialização em Gestão Escolar pela faculdade Prominas e atua como professora há 05 anos e atualmente está ministrando aulas de Língua Portuguesa na EJA nas turmas da 10º Etapa “2” e 11º Etapa “1” e “2”, na Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coêlho.

Para alcançar também os objetivos desta pesquisa de conclusão de curso, aplicou-se dois questionários com os participantes desta investigação. O primeiro questionário aplicado foi com os professores de Língua Portuguesa que atuam diretamente com esses educandos na escola. Foram feitas 10 perguntas abertas relacionadas com os objetivos propostos, com intuito de atingi-las conforme

visualizaremos nos quadros a seguir.

Quadro 01: Questões 02 e 03

	02. Já trabalhou ou trabalha com alunos Surdos? Se sim, fale um pouco de suas experiências com esses alunos.	03. Qual a metodologia de Ensino que você utiliza com esses educandos? Há diferença metodológica para alunos surdos e ouvintes? Comente.
L.A.M.B	R: Não	
M.F.H	R: Sim. Sinto muitas dificuldades, ate porque não tenho experiência para trabalhar com esses tipos de alunos.	R: A minha metodologia é aplicada através de gestos, ou então vou ate a cadeira do educando para compreender o que foi exposto.

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

Conforme o quadro acima observamos a questão de nº 02 e nº 03 do questionário aplicados com os professores que trabalham nas aulas de Língua Portuguesa com educandos surdos. A questão de nº 02 feita para os dois professores, detectamos opiniões distintas em relação à pergunta. O professor **L.A.M.B** apenas respondeu que não trabalha, nunca trabalhou e que não tem experiência com educandos surdos nas aulas de Língua Portuguesa, porém podemos destacar que, de acordo com as observações feitas durante a pesquisa foi possível notar que o professor possui um aluno surdo na sala onde exercesse a função como docente. Acredita-se que por algum motivo o professor não entendeu a pergunta, ou até mesmo não tem conhecimento do próprio aluno que faz parte da sua rotina de trabalho diário. Já a professora **M.F.H** respondeu que sim e que atualmente trabalha com aluno surdo, afirmando que tem muitas dificuldades em lidar com esses alunos numa sala comum, pois alega que não possui experiência em ensinar esses educandos.

A questão de nº 03 feita aos professores, obtivemos as seguintes respostas: O professor **L.A.M.B** não respondeu à pergunta deixando em branco, demonstrando menos interesse em ajudar a contribuir com a pesquisa. Diferentemente da professora **M.F.H** que sempre procurou responder as perguntas, relatando como ela lida com esses educandos e utiliza métodos do seu jeito para não deixar o aluno excluído das suas aulas de Língua Portuguesa. Afirma ela que sua metodologia é aplicada através dos gestos

(sinais), indo até a cadeira do aluno surdo explicar o que foi exposto. Segundo Souza e Matos p. 119, 2015:

De acordo com a legislação vigente, esta situação, exige uma equipe de profissionais da educação além dos professores das disciplinas específicas de sala de aula, estes profissionais da educação como, por exemplo, professores surdos, o instrutor de Libras, tradutor e intérprete de Libras, como especificado no Decreto 5.626/05.

As autoras afirmam que, o Decreto 5626/05 exige profissionais específicos que atuem para auxiliar o professor regente dentro da sala nas aulas perpassadas aos educandos surdos. Esses profissionais serão apoios, mediadores entre o professor e aluno para que haja um feedback aos conteúdos da disciplina. Portanto precisamos que as leis educacionais que amparam esse público, possam fazer valer e ajudar não só aos alunos, mas também o professor regente, que de fato atendem suas diferenças dentro da sala de aula e do ambiente escolar com um todo.

Quadro 02: Questão 04 e 05

	04. Quais as principais dificuldades de trabalhar com alunos surdos? Comente.	05. Qual a comunicação ou Língua que você utiliza na sala com os alunos Surdos? Comente.
L.A.M.B	R:	R:
M.F.H	R: Tenho dificuldade de comunicação. De expressar-me em libras, ou seja, com gestos.	R: Os gestos

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

De acordo com o quadro acima, observamos a questão 04 e 05 do questionário aplicado com os professores. A questão 04 o professor **L.A.M.B**, não respondeu à pergunta dando a subentender a falta de conhecimento para com o aluno surdo, diferentemente da professora **M.F.H** que respondeu que sente dificuldades em comunicar-se com o aluno surdo, tendo em vista uma barreira na comunicação. Apesar de que há uma concepção equivocada quando ela afirma que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a comunicação dos alunos surdos, afirmando que eles se comunicam através dos gestos, que na verdade é os sinais, comprovado linguisticamente, ela de fato afirma que tem dificuldades em interagir com esses educandos.

A questão 05 o professor **L.A.M.B** não respondeu à pergunta, mesmo ele não

respondendo por extenso, acredita-se que ele não usa a comunicação adequada com o aluno, apenas o oral com todos os alunos. Já a professora **M.F.H**, relatou que utiliza os gestos com o aluno surdo. Segundo a autora Quadros (2019) vem enfatizar sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):

A Libras por ser uma língua visual-espacial, apresenta uma estrutura fonética e fonológica as quais são empregadas a partir dos movimentos que envolvem os braços, as mãos, os dedos, o tronco e a face, um conjunto de ações do corpo que transmite mensagens por meio dos sinais.

A Língua Brasileira de Sinais, segundo a autora é uma Língua visual-espacial, com uma estrutura própria, nos quesitos fonéticos e fonológicos, morfológicos, sintáticos. Ela dar exemplo nos níveis fonéticos e fonológicos dessa língua, que envolvem os movimentos feitos pelos braços, mãos, os dedos, o tronco e a face, um conjunto que se chama de acordo com alguns autores de Parâmetros da LIBRAS.

Quadro 03: Questão 06 e 08

	06. Você já participou de algum curso de formação continuada ou especialização em LIBRAS ou Tradução e Interpretação em LIBRAS? Comente.	08. O que você entende sobre Educação Inclusiva? No âmbito escolar, como você avalia a aplicabilidade dessa educação?
L.A.M.B	R: Não	R: A educação inclusiva não funciona como deveria, porque a maioria das escolas não possuem salas, professores e material didático específicos.
M.F.H	R: Sim. Em 2014, fiz uma formação em libras, duração 3º meses.	R: Um olhar especial para grupos vulneráveis, ou que precisem de assistência para terem as mesmas oportunidades que os outros.

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No quadro acima temos as questões 06 e 08 aplicado aos dois professores. A questão 06 o professor **L.A.M.B** constatou que nunca participou e não tem formação continuada em LIBRAS. Já a professora **M.F.H** afirma que fez uma formação em Libras no ano de 2014 com duração de 3 meses.

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, no Capítulo II, da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação para professores:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível

médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

Conforme o decreto 5.626/05 que regulamenta a lei 10.436/02, todos os cursos de Licenciaturas são obrigatórios fazer a disciplina de Libras, nos cursos de formação para atuar como professores nas escolas das instituições públicas e privadas em nível médio e superior a serviço do magistério. Portanto os profissionais da educação tiveram essa disciplina para poder receber título de licenciados, seja ela em qualquer área de conhecimento para atuar no âmbito educacional, caso atuem com educandos surdos terão supostamente uma base de qual o canal de comunicação desses estudantes.

Quadro 04: Questão 07

	07. Você trabalha com quais recursos na sala com os alunos Surdos? Comente.
L.A.M.B	R:
M.F.H	R: Trabalho com imagens, trabalhos impressos.

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

A questão 07 no quadro acima, observamos a respostas dos professores, onde o professor **L.A.M.B** não respondeu nada, que possivelmente não usa recursos para trabalhar com o aluno surdo. A professora **M.F.H** respondeu que usa como recursos imagens e trabalhos impressos com o aluno surdo.

Quadro 05: Questão 09 e 10

	09. Quais soluções você propõe para amenizar a dificuldade do ensino para alunos surdos? Comente.	10. Quais propostas você teria para minimizar a situação da exclusão dos alunos surdos dentro da sala de aula e no ambiente escolar como um todo? Comente.
L.A.M.B	R: Que os sistemas educacionais proporcionassem formação específica na área para os professores.	R: Que houvesse mais investimentos por parte dos governantes, tanto na modernização dos materiais didáticos como nos prédios das escolas.

M.F.H	R: Seria ótimo se nós professores, estivéssemos formações, cursos para melhorar e amenizar o ensino na escola.	R: Mapear os pontos fracos da escola, investir em capacitação para o corpo docente, realizar projetos interdisciplinares.
-------	---	--

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No quadro 05, as questões observadas são as questões de número 09 e 10, onde pergunta de nº 09 o professor **L.A.M.B** relata que os sistemas educacionais proporcionassem formação específica na área para os professores que atuam com esses educandos e a professora **M.F.H** responde que seria de extrema importância a formação continuada para os professores, cursos de capacitação para melhorar e amenizar as dificuldades que a escola sofre em relação ao ensino. A questão de nº 10 o professor **L.A.M.B** constata que, houvesse mais investimentos pelos governantes, como na modernização dos materiais didáticos e também nos prédios das escolas como forma de ter acessibilidade para os alunos. E a professora **M.F.H** sugere que através do mapeamento dos pontos fracos da escola, no caso as necessidades que a escola possui, para investir na capacitação dos professores, realizando projetos interdisciplinares afins de minimizar a exclusão dos alunos surdos.

Contudo observamos que os dados obtidos pelo questionário aplicados aos professores de Língua Portuguesa da EJA que atuam com alunos surdos na referida escola investigadas, trazem questões que de fato ainda existem problemáticas nas escolas regulares, principalmente a falta de profissionais específicos e qualificados para atuar com esse público de estudantes. As perguntas e as respostas dos professores trazem inquietações e dificuldades em lidar com os alunos que tem um canal de comunicação diferente dos ouvintes e que falta muita coisa a serem feitas por partes dos governantes, como podemos citar em formação inicial e continuada para os professores, profissionais específicos e qualificados como Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, professor de Português com fluência em LIBRAS, professores surdos, sala de recurso bilíngue que atendam no contra turno esses alunos e que de fato eles sintam-se incluídos em todos os sentidos no ambiente educacional.

3.3. OS ALUNOS SURDOS

Sobre os alunos surdos do turno noturno da modalidade EJA que estudam na referida escola de investigação, fez-se um levantamento da matrícula dos alunos surdos na secretaria que a escola atende, em seguida aplicou-se um questionário de 12 questões

com perguntas abertas e fechadas com esses alunos, com intuito de atingir os objetivos proposto delineados. Primeiramente analisou-se a matrícula dos alunos surdos na secretaria da escola e logo em seguida traçamos os perfis desses alunos, que frequentam a escola e o turno que estão matriculados, conforme veremos nas tabelas e quadros a seguir.

Tabela 08. Matrícula dos alunos Surdos na Escola Estadual Prof^a Nilce Rocha Coêlho/São Paulo de Olivença/AM.

Turno	Surdez (Com laudo Médico)	Surdez (Aguardando laudo Médico)	Total de alunos com Surdez
Matutino	-	-	-
Vespertino	-	-	-
Noturno	01	01	02
Total de alunos com Surdez	01	01	02

FONTE: Secretária da Escola Estadual Prof^a Nilce Rocha Coêlho, Agosto, 2022.

A tabela acima nos mostra a matrícula institucional dos alunos surdos que a Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coêlho atende nos respectivos turnos. Observamos o quantitativo dos alunos surdos matriculados na escola que são dois (02), um do sexo masculino e a outra do sexo feminino e que desses alunos um apresenta no ato da matrícula o laudo médico especialista e o outro a escola já solicitou para a família e estão no aguardo desse documento do aluno. O turno que eles estão matriculados é o turno noturno e a demanda da escola é esses dois alunos respectivamente matriculados. Logo em seguida traçou-se os perfis desses educandos conforme visualizaremos na tabela adiante.

Tabela 09: Perfil dos Alunos Surdos do turno Noturno da Escola Estadual Prof^a Nilce Rocha Coêlho.

Alunos (as)	Sexo	Idade	Série/ Ano
A.S.A.	Masculino	18	9ª Etapa “1”
G.I.S.	Feminino	26	10ª Etapa “2”

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

Na tabela acima observamos os perfis dos alunos surdos matriculados na escola investigada. O aluno A.S.A. é do sexo masculino, tem 18 anos nasceu, mora e estuda no município de São Paulo de Olivença-AM, estuda na escola estadual Professora Nilce Rocha Coelho e faz a série 9º etapa “1” que corresponde ao 1º ano do ensino médio da modalidade EJA. A aluna G.I.S. é do sexo feminino, tem 26 anos, nasceu, mora e estuda no município de São Paulo de Olivença-AM, estuda na escola estadual Professora Nilce Rocha Coelho e faz a série 10º etapa “2” que corresponde ao 2º ano do ensino médio da modalidade EJA. Feito isso, aplicou-se um questionário com doze (12) perguntas abertas e fechadas para os alunos surdos responderem, com o intuito de atingir os objetivos proposto desta pesquisa. Contudo foram selecionadas algumas perguntas do questionário para ser discutido, conforme observaremos a seguir.

Quadro 06: Questão 01 e 03

	01. Você gosta de estudar a disciplina de Língua Portuguesa? Comente.	03. Você tem dificuldade em aprender a disciplina de Português?
A.S.A.	(X) Sim () Não R: Sim, porque ajudar entender Português, difícil escrita.	(X) Sim () Não R: Sim, porque professor não usar língua de sinais.
G.I.S.	(X) Sim () Não R: Sim gosto muito de Língua Portuguesa porque ela nós ajude entende melhor escrita.	(X) Sim () Não R: sim, porque a professora não saber libras, ela falor, difil entender.

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No quadro acima, visualizamos as questões 01 e 03 que tem como finalidade saber a importância da disciplina de Língua Portuguesa para os alunos surdos e as dificuldades que esses educandos enfrentam no seu dia a dia. Podemos observar a escrita dos alunos surdos, que há uma interferência na escrita, uma vez que a Língua Portuguesa é a segunda Língua de instrução na modalidade de escrita para os alunos surdos e a LIBRAS é a Língua Materna, ou seja a L1 e seu canal de comunicação.

A questão 01 o aluno **A.S.A** constata que gosta da disciplina, porém sente dificuldade na escrita. Já a aluna **G.I.S** também afirmou que gosta da disciplina, porque

ajuda ela entender melhor a escrita. Observamos nas escritas dos dois alunos a dificuldade com a ortografia, uma vez que a Língua Portuguesa é a L2 para eles, que é normal haver essa interferência linguística na escrita dos educandos, todavia entende-se o que os alunos querem transmitir nas suas escritas sobre as perguntas.

Quadro 07: Questão 06

	06. Comente o que você gosta e o que não gosta na escola onde estuda?
A.S.A.	R: Gostar amigos, camida, professor não gostar rir, preciso ajudar na escola
G.I.S.	R: Eu gosto da professora, dos meus colegas El não gosto de estuda de noite porque e muito perigoso para mim, querer também interprete libras melhor.

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No quadro acima observamos a pergunta de nº 06 perguntada aos alunos sobre as relações interpessoais humanas na escola, sobre se o que eles gostam e não gostam na escola onde estudam. O aluno **A.S.A** afirma que gostas dos amigos, da merenda escolar, porém não gosta do comportamento do professor, por ser extremamente fechado, não sendo simpático com os alunos e por fim faz uma alerta que ele necessita de ajuda no ambiente escolar. A aluna **G.I.S** ressaltar que gosta da professora, dos seus colegas, mas relata ela que não gosta de estudar a noite, porque é perigoso e que necessita de um interprete de Libras para melhorar sua aprendizagem.

Conforme o decreto de nº 5.626/05 e a lei 12.319/10 que traz sobre a formação e atuação do TILSP, o autor Costa, 2021, aborda concepções deste decreto vigente:

[...] a partir deste Decreto que as comunidades surdas passaram a integrar as políticas de educação, uma vez que, o Documento fora criado com o objetivo de apresentar os caminhos para uma educação bilíngue para as comunidades surdas e outras providências que envolvem a formação de professores bilíngues, instrutores de Libras, intérpretes e tradutores, e ainda, sobre a 2 Termo comumente utilizado pelas comunidades surdas, professores e pesquisadores da área. Garantia do direito ao acesso à educação, à saúde e o papel do poder público no apoio ao uso e difusão da Libras.

De acordo com o autor, o decreto estabelece que as comunidades surdas passam reivindicar seus direitos e propor políticas de educação para melhorar seu

desempenho no meio escolar, social e profissional. A formação de professores (surdos e ouvintes), instrutores, intérpretes e tradutores de LIBRAS, pesquisadores e dentre outros que venham contribuir com essa área. Pois hoje é de direito constitucional aos surdos em ter acesso à educação, à saúde e os governantes tem que apoiarem na difusão da LIBRAS.

Quadro 08: Questão 07 e 08

	07. Na escola onde você estuda tem Sala de Recurso Bilíngue ou Multifuncional?	08. Se tem, você é atendido no contra turno com um professor Bilíngue?
A.S.A.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
G.I.S.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No quadro acima temos a pergunta de nº 07 e 08 sobre a sala de recurso Bilíngue ou multifuncional. A questão 07 o aluno **A.S.A** e a aluna **G.I.S** responderam que tem sala de recurso Bilíngue ou Multifuncional, porém os dois alunos afirmaram que não são atendidos no contra turno que corresponde a pergunta de nº 08. Os alunos segundo a legislação vigente devem e podem ser atendidos no contra turno como forma de ajuda no processo de aprendizagem dos mesmos. O Decreto Federal 5626/05, que orienta a inclusão dos surdos e enfatiza a educação bilíngue na sala comum com a presença do serviço de Tradutores e Intérpretes em Libras, e também com os serviços do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na sala de Recurso Bilíngue ou Multifuncional, atendidos no contra turno e ou em Centros de Educação Especial (Souza, 2015).

Quadro 09: Questão 10 e 11

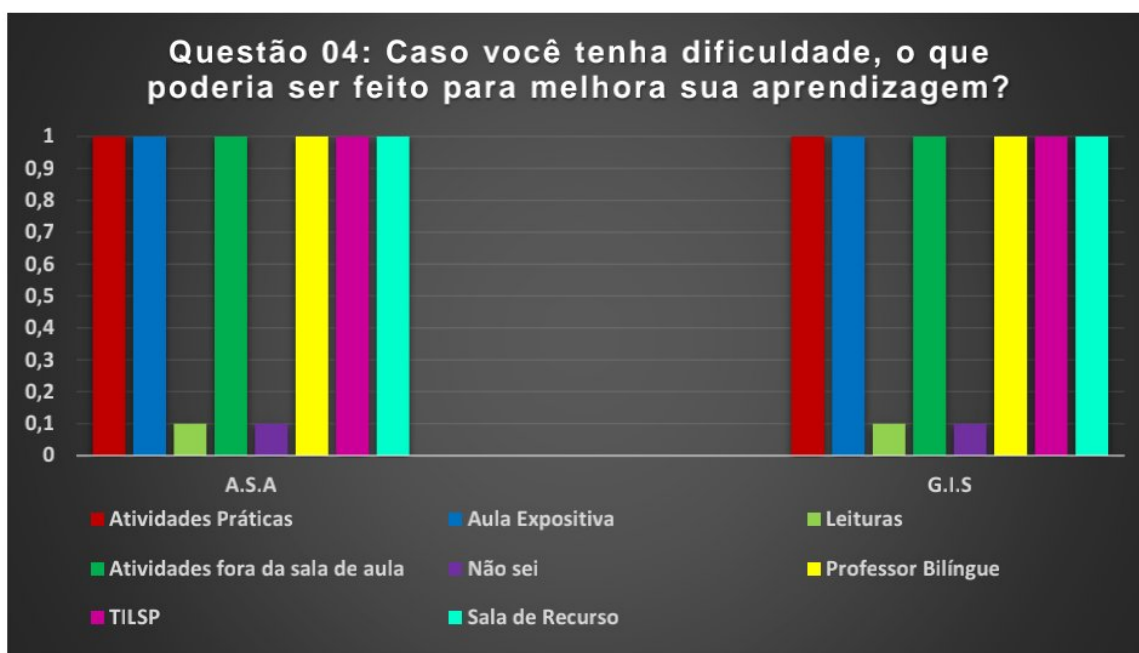
	10. Você tem Tradutor ou Intérprete de LIBRAS/Português (TILSP) na escola onde estuda?	11. A presença do professor que conhece LIBRAS ou Tradutor e Intérprete de LIBRAS/Português em sala de aula é importante? Comente.
--	--	--

A.S.A.	() Sim (X) Não	Sim (X) Não () R: Sim, importante tradutor e Interprete libras ajudar escola.
G.I.S.	() Sim (X) Não	Sim (X) Não () R: sim, eu tenho professor de libras, ele miajuda a entende melhor as é letras. Ele não trabalhar na escola, porque estuda, eu preciso interprete.

Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No quadro 09, temos as questões de nº 10 e nº 11 do questionário aplicados com os alunos surdos. A questão 10 perguntou se tem Tradutor ou Intérprete de LIBRAS/Português (TILSP) na escola onde eles estudam, o aluno **A.S.A** e a aluna **G.I.S** responderam que não tem esse profissional na escola. Já na questão 11 questionou se a presença do professor que conhece LIBRAS ou Tradutor e Intérprete de LIBRAS/Português em sala de aula é importante na sala onde eles estudam. O aluno **A.S.A** respondeu que sim e comentou que iria ajudar ele nas aulas e a escola de uma forma geral. Já a aluna **G.I.S** também respondeu que sim e descreveu que ela tem um professor de Libras que ajuda ela quando precisa, mas ele não trabalha na escola, porque ainda estuda e cursa a faculdade de Letras e que precisa de um intérprete de Libras para o ajudar na escola.

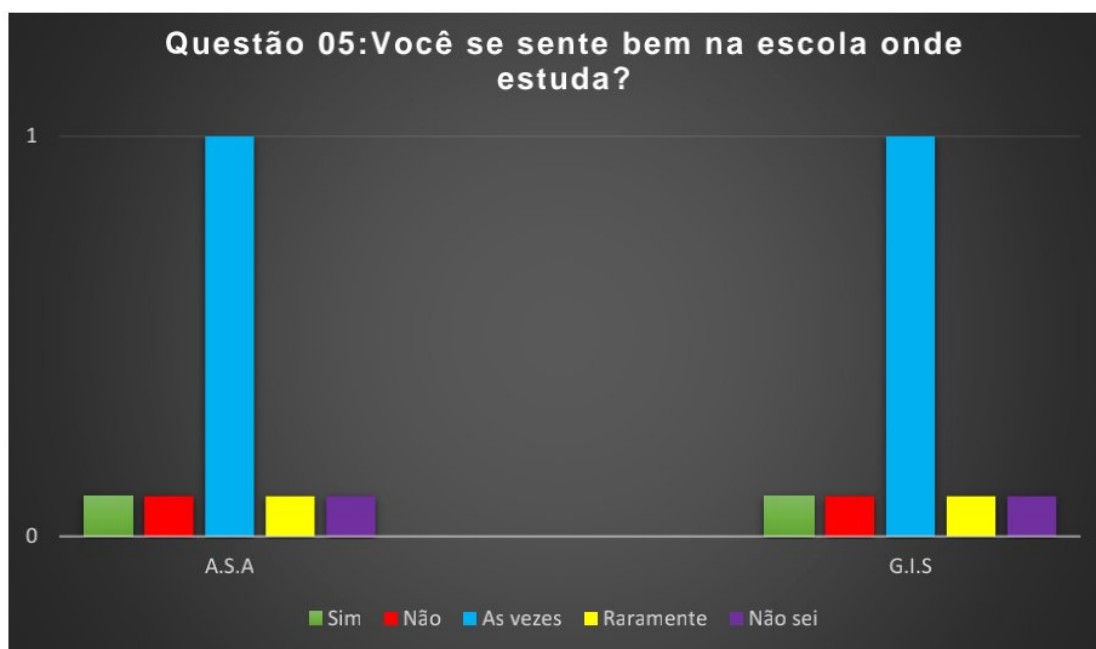
Gráfico 2- Questão 04 do Questionário



Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

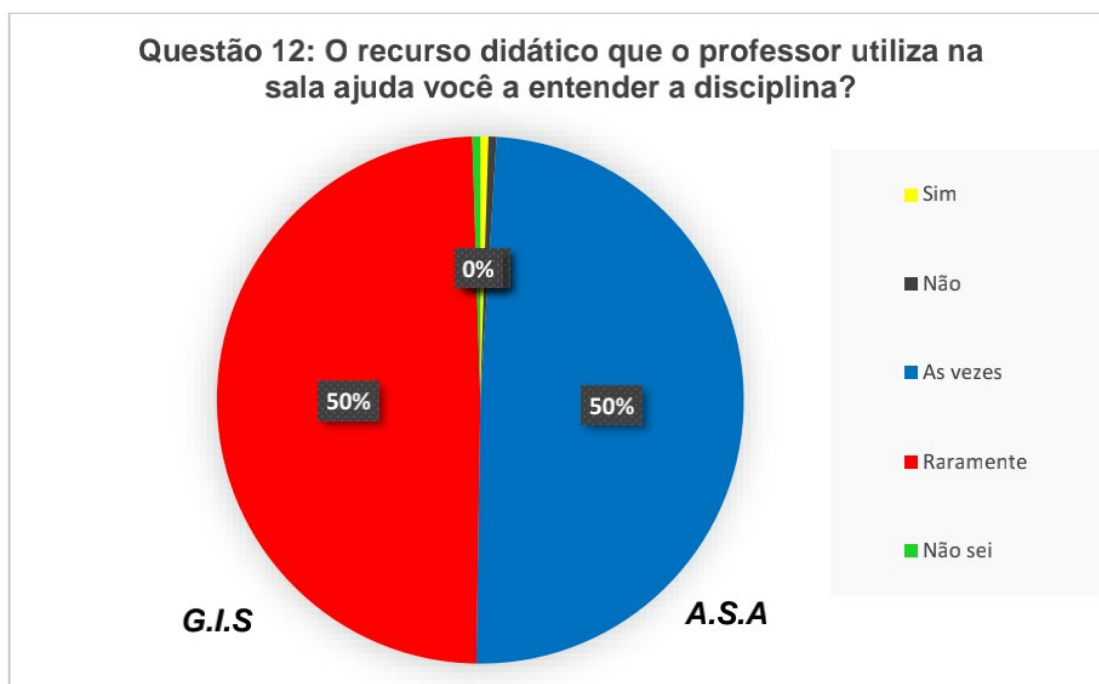
No gráfico acima observamos a questão 04, foi feita pergunta aos alunos sobre as dificuldades que eles enfrentam na escola e quais métodos poderiam ser adotados para melhorar suas aprendizagens. Dentro das alternativas propostos aos alunos tinham-se: () Atividades Práticas, () Aula Expositiva, () Leituras, () Atividades fora da sala de aula, () Não Sei, () Professor Bilíngue, () Tradutor e Intérprete de LIBRAS/Português (TILSP), () Sala de Recurso Bilíngue ou Multifuncional. Das alternativas anteriores, comparamos as escolhas e verificamos que tanto o aluno **A.S.A** e a aluna **G.I.S** marcaram as mesmas opções, que foram: (x) Atividades Práticas, (x) Aula Expositiva, (x) Atividades fora da sala de aula, (x) Professor Bilíngue, (x) Tradutor e Intérprete de LIBRAS/Português (TILSP) e (x) Sala de Recurso Bilíngue ou Multifuncional, como mostra o gráfico acima.

Gráfico 03- Questão 05 do Questionário



No gráfico acima temos a questão 05, que tinha como pergunta, se os alunos sentem bem na escola onde estudam. Os estudantes surdos poderiam escolher apenas uma das alternativas propostas com as seguintes opções: () Sim, Não, () As vezes, () Raramente e () Não Sei. Das opções anteriores, proposta pela pergunta, comparamos as escolhas dos dois alunos. O aluno **A.S.A** e a aluna **G.I.S** marcaram conforme o gráfico acima, a mesma opção, que foi: (x) Raramente, como podemos observar no gráfico. Com isso observamos que os alunos não se sentem 100% confortáveis no ambiente da escola, fazendo-se uma relação com as perguntas do questionário feito aos alunos, de uma forma geral ainda não estão totalmente inclusos com os suportes que eles precisam para permanecerem na instituição de ensino.

Gráfico 4- Questão 12 do Questionário



Fonte: INHAPE, Alessandro dos Santos, 2022.

No gráfico acima observamos a questão 12, para saber dos alunos se o recurso didático que os professores de Língua Portuguesa utilizam na sala de aula ajuda eles entenderem a disciplina. Os alunos surdos poderiam escolher apenas uma das alternativas que tinha como opções: () Sim, Não, () As vezes, () Raramente e () Não Sei. A aluna **G.I.S** conforme observamos no gráfico acima marcou a opção (x) Raramente a professora utiliza recurso didático para se ter um bom entendimento na disciplina ministrada por ela. O aluno **A.S.A** marcou a opção em (x) As vezes o professor utiliza recurso didático para se ter a compreensão dos conteúdos perpassados durante as aulas de Língua Portuguesa, onde podemos visualizar nas colorações do gráfico acima.

3.4. SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Para cumprir um dos objetivos propostos desta pesquisa, buscou-se fazer a verificação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola investigada, verificando se atendem as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos.

De acordo com Veiga (2013), em sua concepção sobre o Projeto Político

Pedagógico (PPP), salienta que:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

O PPP é um documento importante no âmbito escolar, porque, por meio dele, podemos verificar a concepção de ensino e de aprendizagem considerados pelos membros daqueles que participaram da construção coletiva deste documento, visando a atingir, de forma igualitária e mais justa, todos os partícipes do ambiente escolar. No entanto, na escola investigada, não há, ainda o PPP institucionalizado, há apenas o projeto em fase de elaboração. Nesse sentido, não conseguimos verificar se há alguma previsão ou consideração acerca do ensino para alunos surdos.

Sem dúvida o PPP é um documento imperceptível que todas as escolas devem possuir, pois nele conta com a filosofia educacional, as metas, os objetivos da escola e os caminhos estratégicos para atingir as metas, através dele que as instituições escolares atendem as especificidades nelas existentes. De acordo com Souza e Matos (2015) afirmam que, “Um PPP como um elemento da escola que atenda à diversidade cultural e às diferenças linguísticas, de aprendizagem dos educandos, e em especial dos surdos”. Contudo o Projeto Político Pedagógico, PPP escolar precisa estar formulado e que esse documento tem que ser colocado em práticas em exercícios da escola e da comunidade escolar, atendendo dentro do possível todas as necessidades que se encontram nesse ambiente educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de nossa investigação constaram neste Trabalho de Conclusão de Curso, que tem com o título: **Um estudo sobre a situação de pessoas surdas quanto à inclusão ou exclusão no âmbito escolar na zona urbana no município de São Paulo de Olivença-AM**. Por meio da metodologia traçada e da análise efetivada, atingimos o objetivo geral de analisar como está a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas da zona urbana no município de São Paulo de Olivença/AM. Também alcançamos os nossos objetivos específicos, tendo em vista que investigamos o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos; averiguamos que não há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS; Mapeamos a população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade e verificamos a inexistência de um projeto político pedagógico da escola, logo não atende as diferenças de aprendizagem, no caso o ensino de LIBRAS para os educandos surdos na sala comum.

O embasamento teórico desta pesquisa proporcionou conhecer a história da educação dos surdos e suas lutas para se ter uma educação que lhes possibilitasse serem incluídos no ambiente escolar, direitos esses que foram negados há muito tempo e ainda buscam por melhorias no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem desses educandos. Em se tratando dos seus direitos educacionais e sociais, a pesquisa fundamentou-se também nos textos jurídicos, para comparar se de fato acontece na prática o que diz a legislação do nosso país.

Feito isso, desenhou-se a proposta de investigação desta pesquisa, com o primeiro objetivo que foi investigar o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos, onde através dos estágios supervisionados nas aulas de Língua Portuguesa- Observação na sala comum regular, relatou a prática docente com os alunos surdos e também foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas tanto com os professores regentes que trabalham a disciplina de Língua Portuguesa com os alunos surdos e com esses estudantes, com intuito de atingir esse primeiro objetivo. Por meio das observações e do questionário ao participante da pesquisa, chegamos ao resultado que uns dos professores não conhece seu próprio aluno surdo e seu canal de comunicação que é a LIBRAS, não possuindo formação continuada

e que não busca ferramentas metodológicas para atender as diferenças da sala, no caso a Língua de Sinais do estudante surdo, diferentemente da outra professora, que apesar de não ter formação continuada para atender esses alunos, ou seja o conhecimento dessa área, tendo uma visão distorcida sobre o que seja LIBRAS, ela se esforça para que o aluno aprenda seus conteúdos passados nas suas aulas.

O próximo objetivo alcançado no decorrer desta investigação foi averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) e também professores de Língua Portuguesa com fluência em LIBRAS na escola que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos. Para alcançar esse objetivo utilizou-se o questionário com os alunos surdos fazendo a pergunta se havia ou não profissionais com TILSP ou professores que tinham fluência em LIBRAS, de acordo com o quadro 09 desta pesquisa e as respostas dos alunos surdos foram negativas, onde a escola não possui esses profissionais que é obrigatório conforme a lei 10.436/02, o decreto de nº 5.626/05 e a lei dos TILSP que é a lei de nº 12.319/10, que aborda a importância desses profissionais. O que pode-se observar e relatar de acordo como o questionário aplicados com os alunos surdos, que a escola possui sala de recurso multifuncional, porém não bilíngue, pois os dois professores que atendem nessa sala não tem fluência em LIBRAS e que os alunos não são atendidos no contra turno, podemos verificar conforme o quadro 08 desta pesquisa.

O terceiro objetivo foi mapear a população de surdos da zona urbana do município de São Paulo de Olivença em sexo, idade e escolaridade, com intuito de conhecer o quantitativo populacional do município. Para ter esse resultado, foi-se a campo visitando e coletando dados nas instituições que trabalham diretamente com a população Paulivense, como a Secretárias de Assistência Social, se direcionando para o CRAS, a Secretaria de Saúde, se direcionando para as UBS, fazendo o levantamento com os Assistentes Comunitários de Saúde (ACSs) que trabalham nas áreas com as famílias do município e indo nas Secretarias de Educação Municipal e Estadual para verificar as matrículas dos alunos e se algumas das escolas tinham-se alunos surdos, porém as Secretarias de Educação não tinham esses dados dos alunos surdos matriculados, resultando indo a pesquisar nas dozes (12) escolas do referido município para obter esse resultado.

Vale ressaltar que o censo do IBGE, ainda não traz o quantitativo da população surda do Estado do Amazonas e nem do Município de São Paulo de Olivença, por isso embasou-se nos dados da ASMAN (Associação dos Surdos de Manaus) para a

população de surdos do Estado, onde a pesquisa dos autores Inhape e Souza, (2019) fez esse levantamento e para o quantitativo do município usou-se a pesquisa de campo visitando as instituições citadas anteriormente.

Feito isso, chegou-se ao resultado de que o município de São Paulo de Olivença, na zona urbana, possui aproximadamente cinquenta e uma (51) pessoas consideradas surdas ou D.A conforme os dados das instituições do município. Sendo que dessas, cinquenta e uma pessoas, quatro (4) possuíam ensino médio e superior completo. Nas escolas do município, estão matriculados seis (6) alunos surdos, sendo que três (3) são de escolas municipais e três (3) são das escolas estaduais. Com esses dados, comparou-se com os alunos matriculados nas referidas escolas do município e o quantitativo populacional da zona urbana das pessoas surdas ou com perdas auditivas e constatou-se que quarenta e uma (41) pessoas surdas ou D.A estão fora dos ambientes escolares, havendo exclusão dessa comunidade.

Dentre as escolas visitadas e analisadas onde tivessem alunos com surdez, escolheu-se apenas uma, delimitando o campo dessa pesquisa. O motivo dessa escolha foi pelo simples fato de ela possuir a maior quantidade de educandos surdos, no caso, dois alunos e pelos estágios supervisionados na área de Língua Portuguesa. A escola selecionada foi a Escola Estadual Professora Nilce Rocha Coêlho e o último objetivo proposto pela pesquisa foi verificar se o projeto político pedagógico da escola atende as diferenças de aprendizagem, no caso, o ensino de LIBRAS para os educandos surdos na sala comum. Para atingir esse resultado, apresentou-se à escola a solicitação para a realização da pesquisa para a gestora da instituição escolar, onde o pesquisador pudesse ter acesso a esse documento, e analisar se no PPP constava algo que amparasse o aluno surdo com sua diferença de aprendizagem, no caso, o ensino de LIBRAS e profissionais capacitados para atuar com esses estudantes, porém a gestora afirmou que não há, ainda o PPP institucionalizado, e que o projeto está em fase de elaboração. Nesse sentido, não conseguimos verificar se há alguma previsão ou consideração acerca do ensino para alunos surdos na referida escola investigada.

Portanto, pode-se concluir que a pesquisa foi de suma relevância para a academia e comunidade em geral, os resultados desta pesquisa mostram que ainda há muito que fazer para de fato melhorar a educação dos surdos na nossa região, em especial no município de SPO. A partir dos resultados de nossa investigação, conclui-se que é preciso rever as práticas pedagógicas dos docentes, que de fato atendam a diferença do estudante surdo, com formação continuada aos professores que trabalham

com esse público, há falta de profissionais (TILSP), professor de LP com fluência em LIBRAS. Com o mapeamento das pessoas surdas, verificou-se que grande parte dessa população não está no ambiente escolar e os poucos que estão a escola não apresenta no PPP, propostas pedagógicas que vá atender a real situação dos educandos surdos matriculados. Precisamos de escolas que atendam todo tipo de diferença de aprendizagem, não somente dos alunos surdos, mas de todos que precisam de um suporte que se sintam à vontade de querer estudar e permanecer nas escolas com resultados positivos na aprendizagem desses estudantes.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna. 2ª edição.1999.

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: Currículos e Práticas Pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BARRETO, Claudete Alves Góes. **A trajetória da Educação Especial e da Educação Inclusiva no Município de Tabatinga/Am**. 2018 p.19

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____, **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: Maio de 2022.

_____, **Decreto nº 5626 de 2005**. Regulamenta a **Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006>. Acesso em: Maio de 2022.

_____. **Política de Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº555/2007, prorrogada pela portaria948/2007 entregue ao MEC no dia 07 de Janeiro de 2008. Brasília: MEC.200.

_____. **Lei 12.319**, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS**. Brasília, 2010.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em agosto de 2022.

_____. **Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília,2015.Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em agosto de 2022.

_____. **Decreto Nº 7.611. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília,2011.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação para Jovens e Adultos. Ensino Fundamental: Proposta Curricular**. 1º segmento. Brasília, 2001.

CORRÊA, Roseane Modesto. **Aspectos Históricos da Educação dos Surdos. Da inclusão a exclusão.** IN: TREVISAN, Patrícia Farias Fantinel. SILVA, Rosana Valeria Farias. OLIVEIRA, Sebastião Reis. **Língua de sinais.** Universidade Estadual do Amazonas: Valer. Manaus, 2008.

DORZIAT, Ana. **Estudos surdos: Diferentes olhares.** Mediação. Porto Alegre, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo. Paz e terra, 2009.

_____, Paulo. **Pedagogia da indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, Alexandre Morand. CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. **Aspetos da Gramática da LIBRAS.** IN:LACERDA, Cristina Broglia Feitosa SANTOS, Lara Ferreira dos Santos.(Org.) **Tenho um aluno surdo , e agora? Introdução à Libras e educação dos surdos.** Edufscar. São Carlos, 2013.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010 Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso: julho de 2022.

INHAPE, Alessandro dos Santos. SOUZA, Maria Francisca Nunes de. **O ensino de Libras na sala de Atendimento Educacional para surdos no Município de Tabatinga/AM.** Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) 2018-2019, Benjamin Constant, 2019.

LIMA, Maria do Socorro Correia. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito.** Tese apresentada no Programa de Pós- Graduação em Língua aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU,1986.

MANAUS, **Secretaria do Estado e do Direito da Pessoa com Deficiência.** Disponível em:<<http://www.seped.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/DEFICIENTES%202010-1.pdf>>. Acesso em abril de 2022.

MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas e pesquisa: planejamento e execução de**

pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5.ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J; BICUDO, M. A. V. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação.** 2.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Enfoque Fenomenológico em Pesquisa em Educação.** IN: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 11 Ed. São Paulo: Cortez 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Editora Vozes, edição 25, 2012.

NETO, Otavio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação.IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, métodos e criatividade.** Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **O tradutor e o intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de educação especial – Programa Nacional de Apoio à educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

SÁ, Nelson Pereira. **Escolas de Surdos: Avanços, Retrocessos e Realidades.** Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM. PPGE/UFAM, 2011.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. [et al] . vol I e II. **Ensino de língua portuguesa para surdos : caminhos para a prática pedagógica** /:. .__(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos) _ Brasília : MEC, SEESP, 2004.

SOUZA, Maria Francisca Nunes de. MATOS, Maria Almerinda de Souza. **As bases legais da política para a educação bilíngue dos educandos surdos no município de Benjamin Constant- AM.** Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Gênero e educação. V1. 2016.

SOUZA, Maria Francisca Nunes de. Política de educação do surdo: **Problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de Ensino de Benjamin Constant/AM,** 2015. Dissertação apresentada no Mestrado em Educação/PPGE, na Universidade Federal do Amazonas.

SOUZA, Maria Francisca Nunes de. LIMA, Maria Aldenora dos Santos. BRUCE, Christiane da Costa. As **Políticas Públicas Educacionais na Perspectiva da Inclusão: Implicações e Possibilidades da prática docente na educação dos alunos com surdez**. Artigo na modalidade Comunicação oral, publicado nos anais do VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de educação Especial e VIII encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2013.

SKLIAR, Carlos. A localização Política da Educação Bilíngue para surdos. IN: Carlos. **Atualidade da Educação Bilíngue**. Porto Alegre. Mediação, 1999.

STROBEL, Karen. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis 2008.

SOARES, Maria Aparecida Leite **A educação dos surdos no Brasil**. Campinas/SP, 2005.

STROBEL, Karen Lilian. **História dos surdos: representações” mascaradas das identidades surdas**.IN: QUADROS, Ronice Muller de. PERLIN, Gladis(Orgs.), **Estudos Surdos II**. Petrópolis,RJ: Arara Azul,2007.

SCANTBELRUY, Iran Cavalcante. **Educação dos surdos: Um estudo sobre as implicações da utilização de mediadores tecnológicas na formação de professores**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2010.

VYGOSTKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Ridendo Castigat Moraes. Books Brasil.São Paulo. Martins. Fontes, 2002. <www. Jahr. Org>.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS

Identificação dos Professores:

Nome: _____

Sexo: () Masculino () Feminino.

Idade (anos): _____

Escola onde trabalha: _____

Turmas com as quais trabalha: _____

Formação Acadêmica: _____

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1) Há quanto tempo trabalha como professor?

2) Já trabalhou ou trabalha com alunos Surdos? Se sim, fale um pouco de suas experiências com esses alunos.

3) Qual a metodologia de Ensino que você utiliza com esses educandos? Há diferença metodológica para alunos surdos e ouvintes? Comente.

4) Quais as principais dificuldades de trabalhar com alunos surdos? Comente.

5) Qual a comunicação ou Língua que você utiliza na sala com os alunos Surdos? Comente.

6) Você já participou de algum curso de formação continuada ou especialização em LIBRAS ou Tradução e Interpretação em LIBRAS? Comente.

7) Você trabalha com quais recursos na sala com os alunos Surdos? Comente.

8) O que você entende sobre Educação Inclusiva? No âmbito escolar, como você avalia a aplicabilidade dessa educação?

9) Quais soluções você propõe para amenizar a dificuldade do ensino para alunos surdos? Comente.

10) Quais propostas você teria para minimizar a situação da exclusão dos alunos surdos dentro da sala de aula e no ambiente escolar como um todo? Comente.

Identificação do Aluno (a):

Nome: _____

Sexo: () Masculino () Feminino.

Idade (anos): _____

Escola: _____

Série/ Ano: _____

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS SURDOS

1) Você gosta de estudar a disciplina de Língua Portuguesa?

() Sim () Não

Comente: _____

2) O que você entende por Língua Portuguesa? Comente.

3) Você tem dificuldade em aprender a disciplina de Português?

() Sim () Não

Comente:

4) Caso você tenha dificuldade, o que poderia ser feito para melhorar sua aprendizagem?

() Atividades Práticas

() Aula Expositiva

- Leituras
- Atividades fora da sala de aula
- Não Sei
- Professor Bilíngue
- Tradutor e Intérprete de LIBRAS/Português (TILSP)
- Sala de Recurso Bilíngue ou Multifuncional

5) Você se sente bem na escola onde estuda?

- Sim
- Não
- As vezes
- Raramente
- Não sei

6) Comente o que você gosta e o que não gosta na escola onde estuda?

7) Na escola onde você estuda tem Sala de Recurso Bilíngue ou Multifuncional?

- Sim Não

8) Se tem, você é atendido no contra turno com um professor Bilíngue?

- Sim Não

9) Você tem tudo que precisa na escola?

- Sim Não

Comente:

10) Você tem Tradutor ou Intérprete de LIBRAS/Português (TILSP) na escola onde estuda?

Sim Não

11) A presença do professor que conhece LIBRAS ou Tradutor e Intérprete de LIBRAS/Português em sala de aula é importante?

Sim Não

Comente:

12) O recurso didático que o professor utiliza na sala ajuda você a entender a disciplina?

- Sim
- Não
- Às vezes
- Raramente
- Não sei



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA-INC
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS- LÍNGUA E LITERATURA
PORTUGUESA E LÍNGUA E LITERATURA ESPANHOLA

SOLICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

(aqui, inserir o cargo da pessoa e o nome)

Prezado(a) Gestor(a) _____,

Eu, Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio, professora do curso de Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola da Universidade Federal do Amazonas– UFAM, apresento-lhe o acadêmico Alessandro dos Santos Inhape, matriculado na disciplina TCC II- Trabalho de Conclusão de Curso e solicito a Vossa Senhoria autorização para que o discente possa realizar a execução da coleta de dados que darão subsídios à pesquisa que está realizando, sob minha orientação. A pesquisa prevê a análise de um questionário a ser aplicado com alguns professores de Língua Portuguesa e alunos de São Paulo de Olivença, quanto à inclusão x exclusão de surdos no âmbito educacional e fazer um mapeamento da população Surda em sexo, idade e escolaridade do município de São Paulo de Olivença. Cumpre informar que a identidade dos participantes não será divulgada, em hipótese alguma, e que os dados coletados servirão exclusivamente para fins de pesquisa científica.

Certa de contar com a vossa compreensão, subscrevo-me e me coloco à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio

Profª Dra. Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio
Professora Adjunta IV– SIAPE 289837



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Natureza e Cultura
Curso de Graduação em Letras: Língua e Literatura
Portuguesa e Língua Literatura Espanhola



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O discente Alessandro dos Santos Inhape, aluno do Curso de Graduação em Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola da Universidade Federal do Amazonas, unidade acadêmica: Instituto de Natureza e Cultura solicita sua colaboração para realizar as atividades de coleta de dados do TCC: **UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DE PESSOAS SURDAS QUANTO À INCLUSÃO OU EXCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR NA ZONA URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE OLIVENÇA-AM.** O pesquisador tem como orientadora a Profa. Dra. Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio.

A sua participação respondendo a um **questionário** com perguntas abertas e fechadas sobre a situação da educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas, sua relação escolar e sua aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa é de suma importância para alcançarmos o objetivo da pesquisa e refletirmos sobre os avanços do ensino na nossa região e sobre o que ainda precisamos construir coletivamente para que esses avanços sejam contínuos. Com as informações, o pesquisador quer averiguar se há profissionais como Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Português (TILSP) ou Professores de Português com fluência em LIBRAS nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos.

Sua colaboração na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nada receberá em troca. O benefício em participar é ajudar na construção do conhecimento sobre Educação Inclusiva dos educandos Surdos, que é ofertado nas escolas públicas de nosso município e assim colaborar com a melhoria da qualidade da educação.

Seu nome não será registrado nem divulgado, sendo garantido sigilo de sua identidade e imagem. As informações dadas serão utilizadas apenas para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Caso você ache que alguma informação dada não deva ser divulgada, o pesquisador jamais a utilizará. Mesmo após a sua autorização, você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo a sua pessoa. As informações dadas serão analisadas e os resultados farão parte do TCC. Se você tiver qualquer dúvida ou quiser saber qualquer informação mais detalhada, pode fazer contato com o acadêmico Alessandro dos Santos Inhape, pelo telefone: (97) 99177-1919 ou pelo e-mail: santosinhape@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ entendi o que a pesquisa vai fazer e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso, dou meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa e afirmo que me foi entregue uma cópia desse documento.

- () Autorizo a aplicação do questionário para pesquisa.
() Não autorizo a aplicação do questionário para pesquisa.

Data ____/____/____ _____
Assinatura do (a) entrevistado (a)

Data ____/____/____ _____
Assinatura do pesquisador